

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FIOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE**

MILENA BARROS GOMES

**TRABALHO E MEIO AMBIENTE: SUAS INTERRELAÇÕES NO
CONTEXTO DA RECONFIGURAÇÃO RURAL-URBANO DO SERTÃO
PERNAMBUCANO**

**RECIFE
2018**

MILENA BARROS GOMES

**TRABALHO E MEIO AMBIENTE: SUAS INTERRELAÇÕES NO CONTEXTO DA
RECONFIGURAÇÃO RURAL-URBANO DO SERTÃO PERNAMBUCANO**

Dissertação submetida à Coordenação do Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA), da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestra em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Área de concentração: Sociedade e Natureza
Orientador: Dr. Cláudio Jorge Moura de Castilho
Co-orientador: Dr. Hugo Arruda de Moraes

**RECIFE
2018**

Catálogo na fonte
Bibliotecária: Maria Janeide Pereira da Silva, CRB4-1262

G633t Gomes, Milena Barros.
Trabalho e meio ambiente : suas interrelações no contexto da reconfiguração rural-urbano do sertão pernambucano / Milena Barros Gomes. – 2018.
94 f. : il. ; 30 cm.

Orientador : Prof. Dr. Claudio Jorge Moura de Castilho.
Coorientador : Prof. Dr. Hugo Arruda de Moraes.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Recife, 2018.
Inclui referências.

1. Meio ambiente. 2. Trabalhadores rurais. 3. Regiões áridas. 4. Barragens e açudes. 5. Relações trabalhistas – Efeito das inovações tecnológicas. 6. Petrolândia (PE). I. Castilho, Claudio Jorge Moura de (Orientador). II. Moraes, Hugo Arruda de (Coorientador). III. Título.

CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2018-192)

MILENA BARROS GOMES

TRABALHO E MEIO AMBIENTE: SUAS INTERRELAÇÕES NO CONTEXTO DA RECONFIGURAÇÃO RURAL-URBANO DO SERTÃO PERNAMBUCANO

Dissertação submetida à Coordenação do Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA), da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestra em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Aprovada em: 15/03/2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Cláudio Jorge Moura de Castilho (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

Prof^ª. Dr^ª. Solange Laurentino dos Santos (Examinadora interna)
Universidade Federal da Pernambuco – UFPE

Prof. Dr. Otavio Augusto Alves dos Santos (Examinador Externo)
Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE

Prof^ª. Dr^ª. Maria do Carmo de Albuquerque Braga (Examinador Externo)
Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE

Aos meus amigos. Todos eles.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de começar agradecendo aos professores do PRODEMA da Universidade Federal de Pernambuco pelos ensinamentos e pela convivência, especialmente ao professor Cláudio Castilho, meu orientador, pela paciência e pelo crescimento que me proporcionou. Também aos demais professores da rede PRODEMA através dos quais pude aprender durante o II Seminário na Universidade de Santa Cruz. Assim como a Solange e Tarcísio sempre prestativos na secretaria do programa.

À FACEPE, pelo financiamento da pesquisa, apoio sem o qual não seria possível a realização desta dissertação.

Obrigada, também, aos colegas do mestrado os quais certamente após a finalização deste processo poderei chamar de amigos, especialmente a Jadson, Rebecca e Rutt. Formamos uma bela equipe, um time de verdade e esses dois anos não teriam o brilho que teve sem vocês comigo, engratecendo-me como não achei que poderia, e acolhendo-me quando mais precisava.

À Diana e a Ítalo pela preciosa companhia junto ao grupo de pesquisa Movimentos Sociais e Espaço urbano. Pelas tardes e noites de estudo, pelos conselhos e trocas de experiências. Sempre ficava mais esperançosa em estar com vocês, seja qual fosse o âmbito da vida. Não parece que nível de ensino e titulação alguma nos separa.

Aos meus amigos de antes de ter ingressado no mestrado, que me encorajam, comigo vibraram e que entre 2016 e 2017 foram como um porto seguro abrigando-me em todos os momentos e em todos os sentidos. Sylvia, Gabriel, George, Carina e Thiago, amo vocês ainda mais pela proximidade que esses últimos anos nos trouxe quando poderia ter nos afastado. Pelo incrível apoio principalmente. Guilherme, Gabriel, Marcela, Tamiris, Edson, Daniel, Lucas, Maria e Selton por mostrar que não ficaremos pelo caminho e fomos da graduação para a vida. Aos demais a quem também dedico este trabalho e não poderei citar por motivos de não abusar da paginação. Obrigada por preencher minha vida de amor, independentemente do desafio que eu tenha que enfrentar.

À minha pequena e preciosa família, por se orgulhar de mim. Isto por si só já seria o suficiente, mas todo afago em momentos de desesperos desnecessários e todo estímulo a cada hesitação e toda fé depositada em mim ainda que sem pressão alguma – o que é muito raro nos dias de hoje. Também me orgulho muito de fazer parte de vocês.

Pela imensurável ajuda nos trabalhos de campo, muito obrigada Auricélio, Poliana e Jorge. Todas as idas e vindas, hospedagem na agrovila, indicações e disponibilidade.

A todos os entrevistados, pela importantíssima participação sem a qual este trabalho não aconteceria ou faria sentido. Por toda atenção e por compartilhar conosco suas histórias de vida, muito obrigada.

E a Deus, por ter desenhando meu caminho com tanto carinho. Obrigada!

O sertanejo é, antes de tudo, um forte. Não tem o raquitismo exaustivo dos mestiços do litoral. A sua aparência, entretanto, no primeiro lance de vista, revela o contrário (...). É desgracioso, desengonçado, torto. Hércules-Quasimodo (...) é o homem permanentemente fatigado (...). Entretanto, toda essa aparência de cansaço ilude (...) No revés o homem transfigura-se. (...) e da figura vulgar do tabaréu canhestro repona, inesperadamente, o aspecto dominador de um titã acobreado.”

(Euclides da Cunha, Os sertões, 1902)

RESUMO

Esta dissertação se propõe a estudar as relações de trabalho no contexto da reconfiguração rural-urbana que tem proporcionado mudança no território e no ambiente da população de Petrolândia no submédio São Francisco após a construção da barragem de Itaparica em meados da década de 1980. Assim, numa perspectiva que converge para muitas questões, disciplinas e conceitos, este trabalho teve um viés teórico-metodológico que relaciona trabalho e território. A metodologia partiu de uma perspectiva predominantemente qualitativa com alguns aportes quantitativos que complementaram o entendimento da realidade estudada, para o que, por entrevistas realizadas, escutou-se as pessoas. Constatou-se que as formas de trabalho no campo foram “atualizadas” para um modo que agrega mais tecnologia e, teoricamente, mais acesso e oportunidades pelo “novo” contexto ambiental da área com a implementação da irrigação. No entanto, continuou-se a conservar velhas hierarquias e relações de poder que acentuam as desigualdades inerentes ao mundo economicamente globalizado.

Palavras-chave: Trabalho. Território. Barragem. Semiárido. Petrolândia/PE.

ABSTRACT

This dissertation aims to study labor relations in the context of rural-urban reconfiguration which has provided territory and environment changes on Petrolândia's population in the sub-region of São Francisco River after the construction of the Itaparica dam in the mid-1980s. Therefore, in a perspective that converges between many issues, disciplines and concepts this study had a theoretical methodological bias which relates labor and territory. The methodology used was predominantly qualitative with some quantitative contributions that help the understanding of the reality studied complementing the interviews. It was verified that the forms of labor in the rural countryside were updated to a way that adds more technology and, theoretically, more access and opportunities by the environmental context of the area with the implementation of irrigation, however, retaining old hierarchies and power relations that accentuate the inequalities of the economically globalized world.

Keywords: Labor. Territory. Dam. Semiarid. Petrolândia/PE.

RESUMEN

Esta disertación se propone a estudiar las relaciones de trabajo en el contexto de la reconfiguración rural-urbana que ha proporcionado cambios en el territorio y en el ambiente de la población de Petrolândia en el submedio São Francisco, tras la construcción de la represa de Itaparica a mediados de la década de 1980. Así, en una perspectiva que converge para muchas cuestiones, disciplinas y conceptos, este trabajo tuvo un abordaje teórico-metodológico que relaciona trabajo y territorio. La metodología partió de una perspectiva predominantemente cualitativa con algunos aportes cuantitativos que complementaron el entendimiento de la realidad estudiada, por lo que, a través de entrevistas realizadas, se escuchó a las personas. Se constató que las formas de trabajo en el campo fueron "actualizadas" para un modo que agrega más tecnología y, teóricamente, más acceso y oportunidades por el "nuevo" contexto ambiental del área con la implementación del riego. Sin embargo, se continuó conservando viejas jerarquías y relaciones de poder que acentúan las desigualdades inherentes al mundo económicamente globalizado.

Palabras clave: Trabajo. Territorio. Represa. región semiárida. Petrolândia / PE

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Crescimento populacional geral de Petrolândia	51
Gráfico 2 – Crescimento populacional urbano rural de Petrolândia	52
Gráfico 3 – Pirâmide etária de Belém do São Francisco 1991	54
Gráfico 4 - Pirâmide etária de Belém do São Francisco 2000	55
Gráfico 5 - Pirâmide etária de Belém do São Francisco 2010	55
Gráfico 6 - Pirâmide etária de Carnaubeira da Penha 1991	55
Gráfico 7 - Pirâmide etária de Carnaubeira da Penha 2000	56
Gráfico 8 - Pirâmide etária de Carnaubeira da Penha 2010	56
Gráfico 9 - Pirâmide etária de Floresta 1991	56
Gráfico 10 - Pirâmide etária de Floresta 2000	57
Gráfico 11 - Pirâmide etária de Floresta 2010	57
Gráfico 12 - Pirâmide etária de Itacuruba 1991	57
Gráfico 13 - Pirâmide etária de Itacuruba 2000	58
Gráfico 14 - Pirâmide etária de Itacuruba 2010	58
Gráfico 15 - Pirâmide etária de Jatobá 1991	58
Gráfico 16 - Pirâmide etária de Jatobá 2000	59
Gráfico 17 - Pirâmide etária de Jatobá 2010	59
Gráfico 18 - Pirâmide etária de Tacaratu 1991	60
Gráfico 19 - Pirâmide etária de Tacaratu 2000	60
Gráfico 20 - Pirâmide etária de Tacaratu 2010	60
Gráfico 21 - Pirâmide etária de Petrolândia 1991	85
Gráfico 22 - Pirâmide etária de Petrolândia 2000	86
Gráfico 23 - Pirâmide etária de Petrolândia 2010	87

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Vista do Serrote do Padre em Petrolândia.....	68
Fotografia 2 – Plantação de Melancia e côco em Agrovila de Petrolândia.....	69
Fotografia 3 – Colheita de Melancia em Agrovila de Petrolândia.....	70
Fotografia 4 – Plantação de Jerimum em Agrovila de Petrolândia.....	70
Fotografia 5 – Irrigação por gotejamento em Agrovila de Petrolândia.....	71
Fotografia 6 – Irrigação no Projeto Icó-Mandantes.....	71

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – PE, RD de Itaparica: Características gerais da população.....	53
Tabela 2 – PE, RD de Itaparica: Taxa de Natalidade (nascimentos por mil habitantes)	63
Tabela 3 – PE, RD de Itaparica: Taxa de mortalidade infantil.....	64
Tabela 4 – PE, RD de Itaparica: Taxa de mortalidade geral.....	66
Tabela 5 – PE, RD de Itaparica: PIB municipais (milhões de reais em 2000).....	73
Tabela 6 – PE, RD de Itaparica: PIB <i>per capita</i> (R\$ em 2000)	74
Tabela 7 – PE, RD de Itaparica: Composição do PIB de 2010 (%).....	75
Tabela 8 – PE, RD de Itaparica: Valor da produção dos principais produtos agrícolas (2010)	76
Tabela 9 – PE, RD de Itaparica: Produção de origem animal e produção de leite (2010).....	77
Tabela 10 – PE, RD de Itaparica: Efetivo de rebanhos por tipo (2010).....	78
Tabela 11 – PE, RD de Itaparica: Projetos criados, área e número de famílias assentadas nos projetos de reforma agrária (projetos criados no período de 1990 à 2011).....	80
Tabela 12 – PE, RD de Itaparica: Área de estabelecimentos, por grupos de área total (1995).....	81
Tabela 13 – PE, RD de Itaparica: Estabelecimento por condição do produtor em relação a terras.....	82
Tabela 14 – PE, RD de Itaparica: Uso das terras dos estabelecimentos e da área total, por classes de atividade econômica (2006).....	83

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	PROBLEMÁTICA	22
3	MÉTODOS DE ABORDAGEM E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	31
3.1	CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA.....	31
3.2	MÉTODO DE ABORDAGEM.....	33
3.3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	34
4	TRABALHO E TERRITÓRIO: UMA TRAMA EM VÁRIAS DIMENSÕES	36
4.1	O TRABALHO: SUA ESSÊNCIA E RELEVÂNCIA.....	36
4.2	TERRITÓRIO, RETERRITORIALIZAÇÃO E PERDAS.....	44
5	RESULTADOS E DISCUSSÃO	50
5.1	CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DA ÁREA DE ESTUDO.....	50
5.1.1	O município de Petrolândia na região do Submédio São Francisco.....	50
5.1.2	A construção do reservatório: O início das transformações.....	67
5.1.3	Petrolândia após o reservatório: Atual caracterização socioeconômica.....	72
5.1.4	Agricultura e pecuária.....	76
5.1.5	Questão fundiária.....	79
5.2	A RECONFIGURAÇÃO DO TRABALHO EM PETROLÂNDIA.....	85
5.2.1	Novos territórios, novas formas de territorialidades locais e tipos de trabalho.....	85
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
	REFERÊNCIAS	92

1 INTRODUÇÃO

As questões das pequenas cidades, especificamente, daquelas que se acham localizadas no interior dos estados do Nordeste são levantadas, inevitavelmente, com um estereótipo de atraso, subdesenvolvimento, dependência e situação física atípica do ambiente. Sem negar a existência destas constatações precoces, o fato de ter nascido no Sertão pernambucano foi o que mais me suscitou como que uma inquietação da falsa imagem do lugar ao qual eu pertencia ser perpetuada em diversos âmbitos da sociedade.

Não fazia parte daquele lugar os retirantes maltrapilhos, a predominância de uma vegetação maltratada e seca permanentemente, nem quaisquer sinais de que existira ali uma inferioridade em relação a outras cidades e diferentes regiões.

Nova Petrolândia, onde eu nasci, é um lugar jovem. Temos praticamente a mesma idade, a nova Petrolândia é apenas dois anos mais velha. Conforme eu crescia, as inquietações aumentavam, como, por exemplo, o motivo pelo qual a antiga Petrolândia teve de ser inundada em detrimento de outra sociedade. O que é diferente? Por quê?

Faziam parte das conversas em família, as lembranças da “velha cidade” a qual não conheci. Quando se referiam à antiga Petrolândia faziam-no sempre em relação ao comércio, às praças, à área urbana, uma vez que meu avô materno era comerciante. Sendo assim, eram frequentes as comparações entre os dois lugares no tempo-espaço.

O contato com o meio rural se deu sempre pela insistência do meu pai em viver da agricultura. Sendo baiano, do município de Glória, também antes atingido pela Hidrelétrica de Paulo Afonso IV e conhecida também como “Nova Glória”, de um povoado chamado “Campo Grande”, este de uma paisagem belamente caricata do sertão nordestino. Complementada por todos os laços que as férias de uma criança possam amarrar: as brincadeiras nos açudes e pelas árvores ora secas, ora cheias de espinhos ou repletas de umbu, ora comendo coalhada feita no quintal da casa dos tios. Casas estas, algumas de taipa, outras até de concreto, mas sempre de muros meio abertos dando passagem para os quintais que emendavam pequenos terreiros com criações de animais.

Ficou na parte baiana da família a pacata vida de vilarejo, os cordões umbilicais enterrados nas porteiras de sítios vendidos para a CHESF. Ficou na parte pernambucana da família a vertente do comércio na Nova Petrolândia pela falta de sucesso de continuar na agricultura. As interfaces destas reinvenções só foram decifradas no decorrer da vida adulta influenciando hoje nos nossos estudos e pesquisas desenvolvidas desde a graduação.

Petrolândia está localizada às margens do lago de Itaparica. Aproximando-se pela BR 316 após o município de Tacaratu, avista-se a Igreja do Sagrado coração de Jesus que ainda se acha de pé desde a inundação da cidade, parcialmente submersa e é esta imagem que ilustra a capa deste trabalho. Tratava-se da Igreja da área rural do município, conhecida como Barreiras. Até os dias de hoje o atual projeto de irrigação Apolônio Sales é chamado pela população como Barreiras fazendo referência ao antigo lugar.

Este conjunto simbólico de informações ligado ao fato de ter nascido e crescido naquele lugar, fizeram-me participar do Programa de Iniciação Científica (PIBIC) contribuindo para estudos sobre os projetos irrigados da CHESF em Petrolândia. Naquele momento, eu conheci junto aos meus estudos uma fração importante do meu município do qual não fazia ideia da existência. Foi quando percebi que, embora a periferia da área urbana tenha crescido o suficiente para quase juntar-se à área rural, existem relações não visíveis entre elas que devem ser explicitadas.

Na escolha do que investigar quando da seleção para o mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente aquelas inquietações pessoais falaram mais alto e, desta vez, da minha própria autoria, o projeto estava com os questionamentos e hipóteses – mais questionamentos que hipóteses – do que representa, como funciona e que ambiente é aquele das agrovilas e projetos que rodeiam limitando tão diferentemente o município com diversas paisagens rurais.

O trabalho como fio condutor da organização ambiental da sociedade a partir do contexto de reestruturação das interrelações rurais-urbanas em Petrolândia, município do Sertão pernambucano, é o ponto norteador desta pesquisa.

Assumindo o papel de protagonista na mudança territorial em decorrência da construção da hidrelétrica de Itaparica, a luta pela autosustentação da população realocada vem provocando, desde então, a reconfiguração do ambiente de trabalho *in loco*.

Historicamente, o povoamento do Nordeste ocorreu também em consonância com a expansão das atividades econômicas de que o processo de colonização necessitava. De acordo com Andrade (2005), a dinâmica territorial desta área teve seu início quando

Carreou para o sertão os excedentes de população nos períodos de estagnação da indústria açucareira e aproveitou a energia e a capacidade de trabalho daqueles que, por suas condições econômicas e psicológicas não puderam integrar-se na famosa civilização da Casa grande e da Senzala. (ANDRADE, 2005, p. 198)

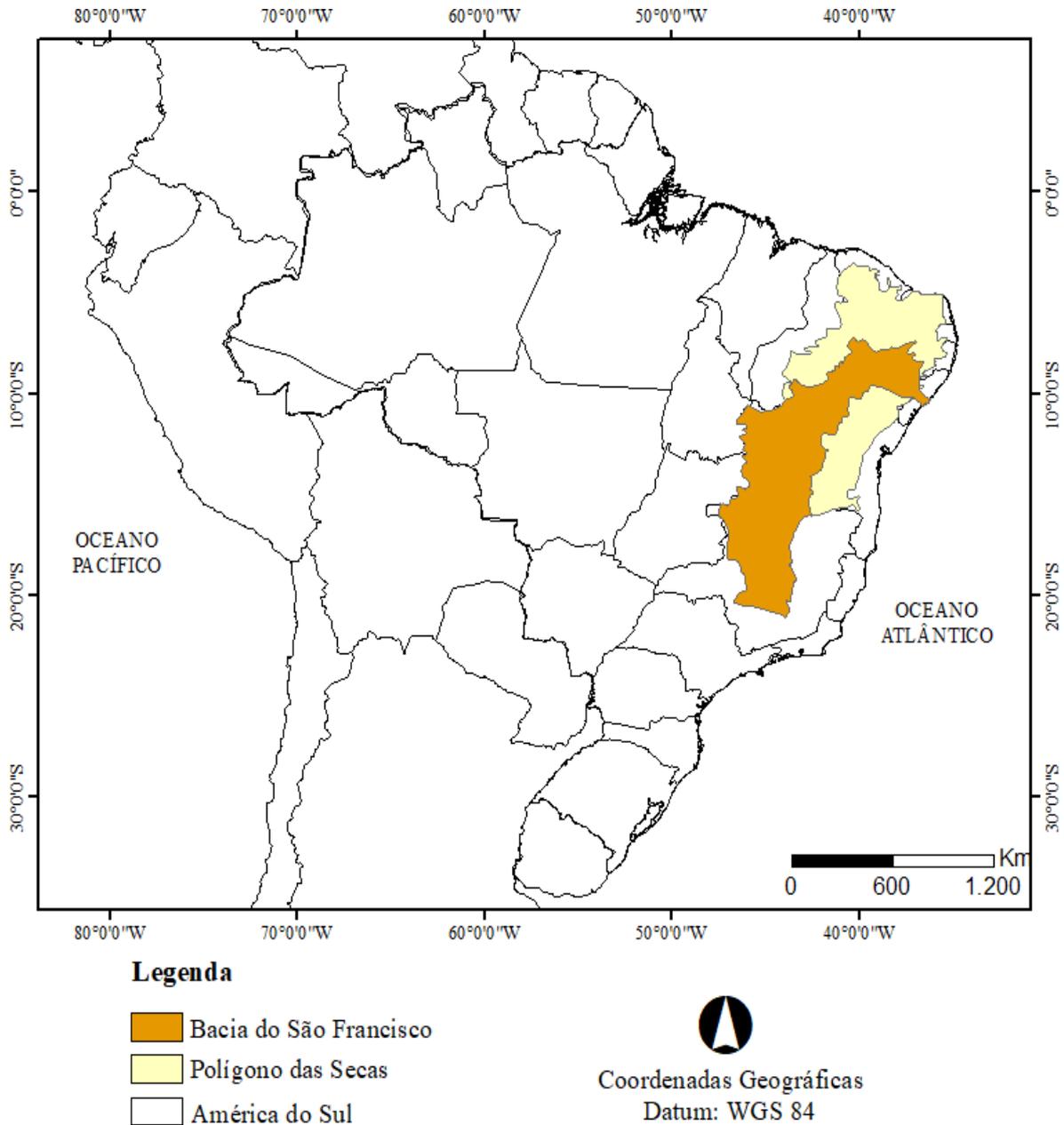
O que impactou consideravelmente nas relações de trabalho no âmbito do contexto ambiental tecido pelas inter-relações rural-urbanas. O trabalho como fator produtor do espaço pode ser identificado quando se constata que, no estado de Pernambuco, precisamente, “[...]nos fins do século XIX, pelos mesmos motivos que ocorreram no Agreste, a agricultura tomou, com o surto algodoeiro, rápido desenvolvimento no sertão” (ANDRADE, 2005, p.193), suscitando, nesta área, cultivos e disputas diversas, tendo a proximidade com o rio São Francisco desempenhado papel relevante.

O povoamento desta região se deu, como em qualquer espaço ligado à dinâmica econômica do mundo sob o modo de produção capitalista, mediante conflitos de interesses entre exploradores e indígenas, mais intensamente depois que o governo olindense ordenou as entradas para criações de gado nas áreas próximas ao rio São Francisco (ANDRADE, 2005).

Esta proximidade territorial histórica das pessoas com o rio, por si só, já constitui um fato que não pode deixar de ser levado em conta quando se começa a elaborar projetos para reorganizar o uso das suas águas.

Estes conflitos tiveram novas configurações, passando por processos de transformações no espaço e no tempo, perdurando até os dias atuais em território e ambiente semelhantes no que diz respeito à lógica do seu acontecer histórico, replicando-se na bacia hidrográfica deste rio (Figura1).

Mapa 1: Bacia Hidrográfica do São Francisco em território nacional e o chamado Polígono das secas.



Fonte: ZAPE – Zoneamento Agroecológico do Recife. Elaboração: Jadson Freire (2017).

Petrolândia, área objeto desta pesquisa, teve seu início como um espaço de bebedouro de animais onde havia currais, fonte principal de subsistência no lugar afetado por secas sazonais e habitado por índios da etnia Pankararu. A partir de meados do século XIX durante expedições do imperador D. Pedro II, a área ganhou um porto fluvial e uma ferrovia os quais viriam a caracterizar o antigo município, fazendo-o crescer e atrair a população.

A população essencialmente agrária, mas encontrando-se no âmbito de uma linha tênue entre seus limites rurais-urbanos, passou junto a outros sete municípios por um violento processo de mudança territorial ligada a grandes projetos de irrigação. Com efeito, a construção das Usinas Hidrelétricas no submédio São Francisco reconfigurou esta área em diversos aspectos, principalmente, ambientais com o agravamento de conflitos por terra entre posseiros, arrendatários e indígenas.

Estas intensas mudanças desde a construção das usinas hidrelétricas do Vale do São Francisco pela CHESF (Companhia Hidroelétrica do São Francisco) e a implementação de projetos de irrigação pela CODEVASF (Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco) faziam parte do modelo desenvolvimentista de geração de energia em grande escala, que veio, segundo Menezes e Vianna (1994), da referência dos Estados Unidos onde, na década de 1930, foram realizadas intervenções visando ao aproveitamento do rio Tennessee. Em torno deste rio foram construídas 29 barragens e formados lagos em uma região que abrangia sete diferentes estados e sofriam com enchentes periódicas. Tais obras atingiram a população predominantemente agroflorestal que passou a engrossar o operariado das fábricas.

Para a grande potência que se tornara o país, este era o modelo de desenvolvimento a ser realizado e copiado, também, nos países em desenvolvimento – sob custódia e empréstimos – a fim de galgar espaço, promovendo energia elétrica barata para que suas empresas se instalassem ao redor do mundo a baixo custo, possibilitando, assim, elevar a obtenção de lucro.

Com a criação da CVSF (Comissão do Vale do São Francisco), em 1948, foram elaborados os planos de reorganização do espaço para a regularização do curso do rio São Francisco visando a melhoria do aproveitamento das suas águas. Associava-se a este propósito um conjunto de outros, ou seja, a prevenção da construção de estradas, hidrelétricas e a implementação de saneamento rural e urbano. O que foi inviabilizado pelo Estado desenvolvimentista.

As ações do Estado eram, nesta perspectiva, apenas emergenciais organizando “frentes de trabalho” que consistiam em empregar a população em pequenas obras de infraestrutura como sendo uma solução. Mas que, apenas, serviam de paliativos que, na verdade, perpetuavam os graves problemas sociais. Desse modo, ainda pairava sobre o semiárido nordestino a ideia equivocada e o hábito de enfrentamento das secas como um mal

a ser combatido e não como um fenômeno natural com o qual se deveria aprender a conviver mitigando seus efeitos.

De que forma as relações de trabalho se reconfiguram após a construção da barragem de Itaparica? Quais as novas relações de trabalho surgidas no município de Petrolândia? De que forma a organização dos perímetros irrigados no município de Petrolândia melhoram a qualidade de vida da população local? Quais as consequências dos assentamentos para as novas relações de ambiente de trabalho? Em que medida a organização desses perímetros de irrigação atende a multidimensionalidade das relações sociais e ambientais? Quais as dinâmicas atuais da relação sujeito-território a partir desses perímetros? Quais os impasses para novos avanços em termos de novas relações de trabalho?

A mudança territorial em Petrolândia - da anterior para a nova área - ocorreu em um local próximo ao antigo município, o que aconteceu por razões políticas, diferente de outras realocações, como no caso de Itacuruba¹. O que ocorreu em função do ativismo dos moradores locais. Mesmo assim, a modificação do ambiente trouxe também uma ruptura de relações interpessoais e territoriais. As implicações desta reconfiguração espacial e como ela ocorreu, serão relatadas nos capítulos subseqüências para a resposta da problemática aqui colocada.

Mesmo assim, a modificação do ambiente trouxe também uma ruptura de relações interpessoais e territoriais. As implicações desta reconfiguração espacial e como ela ocorreu, serão relatadas nos capítulos subseqüentes para as respostas dos problemas aqui colocados e que tem como objetivo geral:

Compreender as inter-relações entre trabalho e meio ambiente no atual contexto de reconfiguração urbano-rural no município de Petrolândia.

E como objetivos específicos, destacamos os seguintes: Caracterizar as atuais relações de trabalho rural em Nova Petrolândia, as principais atividades em termos de geração de renda da no município a partir das mudanças ambientais causadas pela construção da barragem de Itaparica; Comparar o quadro sócio demográfico das populações locais antes e após a inauguração da barragem, à luz das atuais questões socioeconômicos no município e; Identificar o papel ainda exercido pelo trabalho na (re) construção da identidade local durante as quase três décadas de assentamento.

¹ O município de Itacuruba, também atingido pela barragem de Itaparica, foi realocado para uma área improdutiva mesmo com sua população sendo composta, em sua maioria, por agricultores. O que resultou em altos índices de depressão e suicídio.

Para tanto, esta dissertação está estruturada da seguinte forma: após a contextualização da apresentação e introdução, a sessão da problemática traz os aspectos históricos que desencadearam o cenário das questões levantadas neste estudo. Em seguida, o capítulo 3 trata dos procedimentos metodológicos para o alcance dos objetivos e a caracterização da área de estudo. Em “Trabalho e território: uma trama de conceitos”, tratamos do arcabouço teórico que fundamenta cientificamente nosso trabalho, sendo seguido do quinto e último capítulo que trata os dados coletados e apresentados em forma de gráficos e tabelas, além da análise das entrevistas feitas em campo.

2 PROBLEMÁTICA

Em 1967 a CVSF foi substituída pela SULAVE (Superintendência do Vale do São Francisco), ambas responsáveis, ainda de acordo com Menezes e Vianna (1994), pela construção da infraestrutura do Vale do São Francisco como as usinas termelétricas e hidrelétricas, as linhas de transmissão e redes de distribuição de energia, estradas, pontes, aeroportos e campos de pouso, adutoras, poços e sistemas de abastecimento de água.

Posteriormente, em Petrolândia, a CVSF implementou a mecanização agrícola instalando postos de irrigação e incentivou a irrigação privada com o financiamento de motobombas em uma prática já conhecida dos agricultores locais que utilizavam métodos de inundação e sulcos.

Paralelamente à criação da CVSF, a CHESF começou a funcionar em 1948, e até 1970 as usinas hidrelétricas (UHES) Paulo Afonso I e II já estavam concluídas.

De acordo com o estudo de aproveitamento do rio, além de Paulo Afonso ser um ponto estratégico devido à presença de quedas naturais de água, era preciso construir um reservatório acima (a montante) a fim de viabilizar ainda mais os setores produtivos ligados à industrialização.

Foi então que rapidamente foi executado o projeto da barragem de Sobradinho que desalojou cerca de 70 mil pessoas com indenizações irrisórias através de um desastroso reassentamento mal planejado e sem a participação da população no processo.

O complexo de Paulo Afonso compreendia a construção das UHES Paulo Afonso I, II, III e IV, Apolônio Sales (ex-Moxotó, próxima e interligada à Paulo Afonso), Xingó e Itaparica. Após Sobradinho, a prioridade recaía sobre Xingó devido a características técnicas (a queda natural do rio e seu aspecto encaixado nos paredões de um grande desfiladeiro proporcionam um melhor aproveitamento energético); e custo menor de desapropriações. *Mas em seu lugar foi construída, primeiramente, Itaparica que desalojava muito mais gente e inundava até sedes e vilas dos municípios.* Isso porque os técnicos avaliaram que os custos relativos às desapropriações tenderiam a crescer muito com o passar dos anos, encarecendo a construção. (MENEZES e VIANNA, 1994, p. 19).

Conhecendo, já naquele momento, as consequências sofridas pela sociedade local em Sobradinho, a população do submédio São Francisco começava a organizar-se na busca por seus direitos à terra. Disto, então, resultou a pressa da CHESF em construir Itaparica – coincidindo com o período do “milagre econômico” – que serviu a instalação de várias indústrias no Nordeste, requerendo cada vez mais energia para a região.

Depois do represamento do rio, foi iniciada a implantação dos projetos de irrigação pela CODEVASF, quando as famílias estavam reassentadas ou em processo de reassentamento num momento de tensões sociais estabelecidas. Ver-se-á adiante que, com muito atraso, a irrigação chegou a todos os lotes e algumas pessoas que conquistaram o direito de ter acesso a essa terra não viveram o suficiente para ver seus lotes irrigados.

Vivia-se naquele período, um contexto de uma economia que crescia associada à ideia do Estado que cada vez mais intervinha no território a fim de consolidar a regulação da sociedade brasileira. Isso acontecia sem considerar a proximidades das pessoas com relação ao rio e sem diálogo, desmantelando a complexidade inerente aos seus ambientes de existência.

Segundo Araújo (2000), tratava-se do estado-fazedor, ou seja, que dava

[...] pouca ênfase no bem-estar, ou seja, a tradição de assumir muito mais o objetivo do crescimento econômico e muito menos o objetivo de proteção social ao conjunto da sociedade, fez com que o Estado assumisse uma postura de fazedor e não de regulador. [...] A tradição de que público é governo, público é governamental, é uma tradição muito forte na sociedade brasileira, e isso leva a que só haja –quando há– políticas públicas governamentais. (ARAÚJO, 2000, p. 263)

O que acontecia, entretanto, sem a preocupação de proteger a coletividade social através de um Estado social, o qual, ainda, para Araújo (Araújo, 2000, p. 263), “requer o diálogo entre governo e sociedade civil, e nós não temos a tradição de fazer isso. É um Estado autoritário”.

Neste contexto, Petrolândia e os demais municípios afetados pelos grandes projetos sentiram os efeitos das diversas consequências de tais intervenções inconseqüentes.

Ainda de acordo com Menezes e Vianna (1994), a orientação norteadora vinculada a “ordens distantes” era a de se utilizar das áreas irrigadas como o espaço da agricultura comercial, de mercado e agroindústria, contrariando a lógica da “ordem próxima” ligada às necessidades da existência das pessoas.

Toda esta dinâmica desencadeou mudanças significativas que concebiam as novas técnicas de manejo dos solos e as novas culturas de irrigação como um novo foco de expansão da economia moderna. Em Petrolina, por exemplo, houve um forte crescimento do setor de produção de frutas.

No processo de reassentamento e estabelecimento dos grandes projetos de irrigação, formou-se, paralelamente, o pólo sindical na região. Criado em 1979, este foi de grande

importância para que não se repetissem os dramáticos feitos nas vidas das populações atingidas pela barragem de Sobradinho.

Unificando em torno da causa, referente ao direito à terra, posseiros, arrendatários, pequenos proprietários e sem-terra, formou-se a base original do pólo que compreendia um nó de interesses oriundos dos municípios de Tacaratu, Inajá, Ibimirim, Floresta, Petrolândia, Itacuruba e Belém do São Francisco na margem pernambucana; e Paulo Afonso, Glória, Rodelas, Macururé, Chorrochó e Abaré na margem baiana.

Face a CHESF, ao Banco Mundial e ao poder local, o pólo também logrou consolidar o papel de mediador dos trabalhadores rurais. As ações relativas ao reassentamento dos atingidos marcaram sua atuação, com uma série de conquistas para um amplo segmento do campesinato, e determinou sua consolidação e atual configuração. Esse trabalho, ao longo dos anos, cresceu em ações e em estrutura de apoio por meio do Centro de Defesa dos Direitos Humanos do Submédio São Francisco. (MENEZES e VIANNA, 1994, p. 31).

A formulação de uma contra política que partiu da demanda dos camponeses resultou na conquista inédita de 110 agrovilas com lotes irrigados e áreas de sequeiro. O projeto Borda do Lago de Itaparica, em Petrolândia, com área total de 5.712 ha foi dividido em 1.723 lotes de 1,5 a 6 ha, composto de duas subáreas, Barreiras e Icó Mandantes, que abrange uma área de 3.030 ha, dividida em 941 lotes e 16 agrovilas, como verificado no mapa geral do município a seguir

Embora Menezes e Vianna (1994) tenham relatado que os projetos de irrigação das agrovilas estavam atrasados em 1993, mas com perspectiva de serem concluídos em 1994; tivemos em campo a comprovação de que algumas famílias esperaram 13 anos vivendo com menos de um salário mínimo não reajustável, como auxílio da CHESF, a chamada verba de manutenção (VMT). Tais atrasos contribuíram, na realidade, para certa postura de acomodação e/ou fragmentação da mobilização social.

No início de 1994, quando parte dos projetos de irrigação para os atingidos entrou em operação, mais um problema se colocou ao trabalho do Pólo Sindical: a diferenciação entre os reassentados. Antes, todos se uniam em torno da luta para obter a irrigação; agora, devido aos atrasos e às descontinuidades na implantação dos projetos, a situação é mais complicada. Alguns agricultores estão trabalhando em seus lotes com irrigação, enquanto outros estão parados nas agrovilas. (MENEZES e VIANNA, 1994, p. 37)

Segundo dados da CHESF, produzidos em levantamentos realizados antes do deslocamento da população da área afetada pela barragem de Itaparica (1984), dos 4.409 chefes de família entrevistados, cerca de 80% estavam na condição de ocupados sendo que 60% pertenciam à classe da população ativa e os 20% restantes eram aposentados realizando outra atividade.

Percebe-se que o nível de ocupação dos chefes das famílias realocadas era muito elevado, uma vez que os residentes na margem baiana tinham os chefes ocupados (ativos e aposentados), atingindo 97% do total dos chefes contra 3% para o caso de Pernambuco.

Ainda de acordo com os dados levantados pela CHESF em 1984, observou-se que 39% do total dos chefes de família eram proprietários das terras que cultivavam. Por outro lado, 42% destes tinham acesso à terra através de contratos de parceria e quase 6% eram arrendatários. Destaca-se ainda, que outros 7% acessavam a terra através de mecanismos de cessão ou de arrendamento feito a terceiros. Os assalariados perfaziam um total de apenas 6% dos chefes de família da área.

Como apontava Viana (1986), em referência ao semiárido da década de 1980, o trabalho que era realizado nas unidades produtivas era expresso por homens-dias por ano. Ali o trabalho familiar representava mais de um terço da força de trabalho, o que foi substituído pelo trabalho assalariado, seguido da parceria.

Deste modo, as relações de produção foram tornando-se cada vez mais capitalistas como uma tendência comum de acompanhamento das mudanças na economia influenciando nos ambientes tecidos a partir dos territórios. No entanto, as relações de trabalho familiar x

trabalho assalariado x parceiros não se desmantelaram por completo. Entendemos que aquela era de fundamental importância para as pequenas unidades produtivas, o que caracterizava “a existência de um sistema bimodal em que os minifúndios se aproximam do clássico modelo camponês-proprietário-familiar, para sua variabilidade e subsistência, tornando-os dependentes dos latifúndios paulatinamente capitalistas” (VIANA, 1986, p. 46). Isso porque os maiores sempre buscam mão- de-obra dos menores.

Para Scott (2009), os reassentados que almejavam reconstruir as suas vidas, mal se qualificavam como fazendo parte de qualquer projeto de desenvolvimento, apesar da propaganda da CHESF ter anunciado que os atingidos mudariam “para melhor” e com este processo fariam agricultores de quem era assalariado ou posseiro, ou seja, sem terra.

Na contabilidade da CHESF, o seu projeto marcava o mais alto custo por reassentados no tempo por causa dos elevados investimentos (inclusive, como dito anteriormente, a disponibilização de uma verba compensatória até poderem produzir nas novas terras). Contudo, como sempre ocorre, este custo era referido com lamurias alegando-se que atrapalhavam a eficiência do custo da geração de energia, segundo Scott (2009).

Muitas terras escolhidas eram imprestáveis para a agricultura, o que acontece quando o Estado não dialoga com os territórios vividos, no entanto, os novos mecanismos vieram a transformar não só o modo de trabalho, mas e principalmente, o ambiente de plantio. Disto, a necessidade de todos os lotes serem irrigados.

Em meados da década de 1970, na área do Submédio São Francisco, a instalação de um complexo de usinas hidrelétricas, coordenada pela CHESF (Companhia Hidro Elétrica do São Francisco), dava início à implementação da maior rede de geração e transmissão de energia elétrica em alta tensão do país. Concomitantemente a isto, alteravam-se também os territórios e os ambientes de trabalho e vida de sertanejos que habitavam às margens do referido rio nas áreas de fronteiras entre os estados de Pernambuco e Bahia. Dentre os impactos imediatos, destaca-se a alteração de cursos d’água, com formação de barragens e novas áreas alagadas, subvergingo até territórios vividos.

No caminho das inundações de grande abrangência, havia as cidades baianas de Abaré, Chorrochó, Glória e Rodelas, além de Belém de São Francisco, Floresta, Itacuruba e Petrolândia em Pernambuco que sofreram significativos impactos, ao terem seus ambientes de vida e trabalho historicamente tecidos pelos moradores locais destruídos.

Entretanto, os impactos sobre as áreas - urbanas e rurais - não se impuseram de maneira uniforme em todos os municípios, tendo em vista que as inundações foram fracionadas em alguns territórios ou cobriram inteiramente sedes municipais como aconteceu em Petrolândia.

Tais ações agravaram ainda mais as condições precárias de existência das pessoas que, no curso do rio São Francisco, dependiam de suas águas para a sua subsistência, desde sua nascente até à sua foz. A força e a violência desta ação levando à inundação de municípios, como em Petrolândia, reconfigurou, também de maneira rápida, o quadro ambiental na área. O que faz parte da própria lógica da racionalidade capitalista que, no Brasil, por exemplo, des- envolve as pessoas dos seus respectivos ambientes de vida e trabalho, tal como escreveu Porto-Gonçalves (2012).

Com efeito, em vez de desenvolvimento, o que se nota é a implementação de ações voltadas ao crescimento econômico vinculado preponderantemente aos interesses alheios às pessoas do território. Desse modo, como indicou Haesbaert (2012 p. 6776), “é interessante observar que, enquanto espaço-tempo vivido, o território é sempre múltiplo, diverso e complexo, ao contrário do território unifuncional proposto pela lógica capitalista hegemônica”, ao verificar que

[...] todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois exercemos domínio sobre o espaço tanto para realizar funções quanto para produzir significados. O território é funcional a começar pelo território como recurso, seja como proteção ou abrigo (lar para o nosso repouso), seja como fonte de recursos naturais - matérias-primas que variam em importância de acordo com o(s) modelo(s) de sociedade(s) vigente(s). (HAESBAERT, 2012, p. 67)

Assim sendo, atentamos para o fato de que as mudanças no território acarretaram, ao mesmo tempo, ao mesmo tempo, mudanças sociais e ambientais fundamentalmente atreladas às razões econômicas e movidas pelos poderes instituídos. As ações de des-envolvimento agravaram ainda mais, desde a década de 1970, na área em epígrafe, o quadro regional historicamente marcado pelas desigualdades regionais inerentes, como escreveu Castilho (2017), à lógica de produção territorial no Brasil.

No âmbito da subjetividade, não é possível transpor em dados quantitativos todas as implicações das desapropriações ocorridas, no final da década de oitenta naquela região. Todavia, o conteúdo de algumas falas dos trabalhadores entrevistados revela que todo o processo ocorreu desigualmente e com consequências que reverberam até os dias de hoje. Contraditoriamente, Petrolândia é um município que se destaca economicamente em sua área.

No que tange, especificamente, ao trabalho, consideramos que “[...] o movimento contínuo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização do trabalho é a expressão concreta das formas geográficas que revelam o conteúdo do metabolismo do capital e sua expressão nos lugares” (THOMAZ JÚNIOR, 2004, p. 10).

E é neste contexto, levando-se em conta a diversidade e complexidade de questões que se apresentam comuns às construções de grandes proporções, que se optou por concentrar a nossa investigação num território específico, Petrolândia. Este foi o segundo município mais afetado, na margem pernambucana, onde se concentrou também a maior força sindical de trabalhadores rurais e pecuaristas atuantes na luta pela garantia da efetivação de seus direitos, ou para a mitigação dos impactos sobre suas vidas de modo a possibilitar a escrita de uma nova história de maneira mais digna.

Este ativismo evidencia uma particularidade inerente à dinâmica municipal que pode influir na busca do efetivo desenvolvimento, pois sem ativismo não se consegue contribuir para a disseminação de valores e informações capazes de mudar o rumo das ações hegemônicas.

A ação da construção das usinas hidrelétricas está atrelada ao que se denominou de desenvolvimento que teve início na década de 50 do século XX, no Brasil, para o qual o aumento do consumo de energia fazia-se fundamental. Desta forma, tais obras,

No seminário surgem, apoiadas pelo governo, pontos de concentração de uma agricultura irrigada voltada para exportação (Submédio São Francisco, Vale do Açu, etc.), enquanto a pecuária recebe os créditos oficiais e os incentivos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) para consolidar (em vez de reformar) a velha estrutura fundiária dessa sub-região nordestina. (ARAÚJO, 2000, p. 160)

Assim, a perspectiva de desenvolvimento das classes dominantes comumente associada à necessidade de execução de grandes projetos vinculados aos planos industriais não considera os ambientes historicamente construídos nos territórios locais. Isto se traduz pela violência das ações no território: 111.07 pessoas foram atingidas autoritariamente numa área inundada de 5.228,5 km².

Eventos desta natureza tem potencial de interferir diretamente na identidade cultural coletiva, pois o ambiente anteriormente tecido passa a ser outro, o cenário de relações sociais modifica-se, entre outras coisas pelas readequações de suas funções trabalhistas. Por outro lado, visando rever a natureza de tais planos,

[...] as políticas públicas podem contribuir [...] na medida em que suas ações não fiquem aprisionadas, apenas a critérios de uso do território que não estejam de fato ligados à necessidades reais das pessoas, sob os parâmetros de uma visão simplista e limitada do problema da desigualdade. Defendemos, ao contrário, uma perspectiva

multifacetada e multiescalar, efetivamente articulada às diversas possibilidades existentes. (CASTILHO, 2013, p. 188)

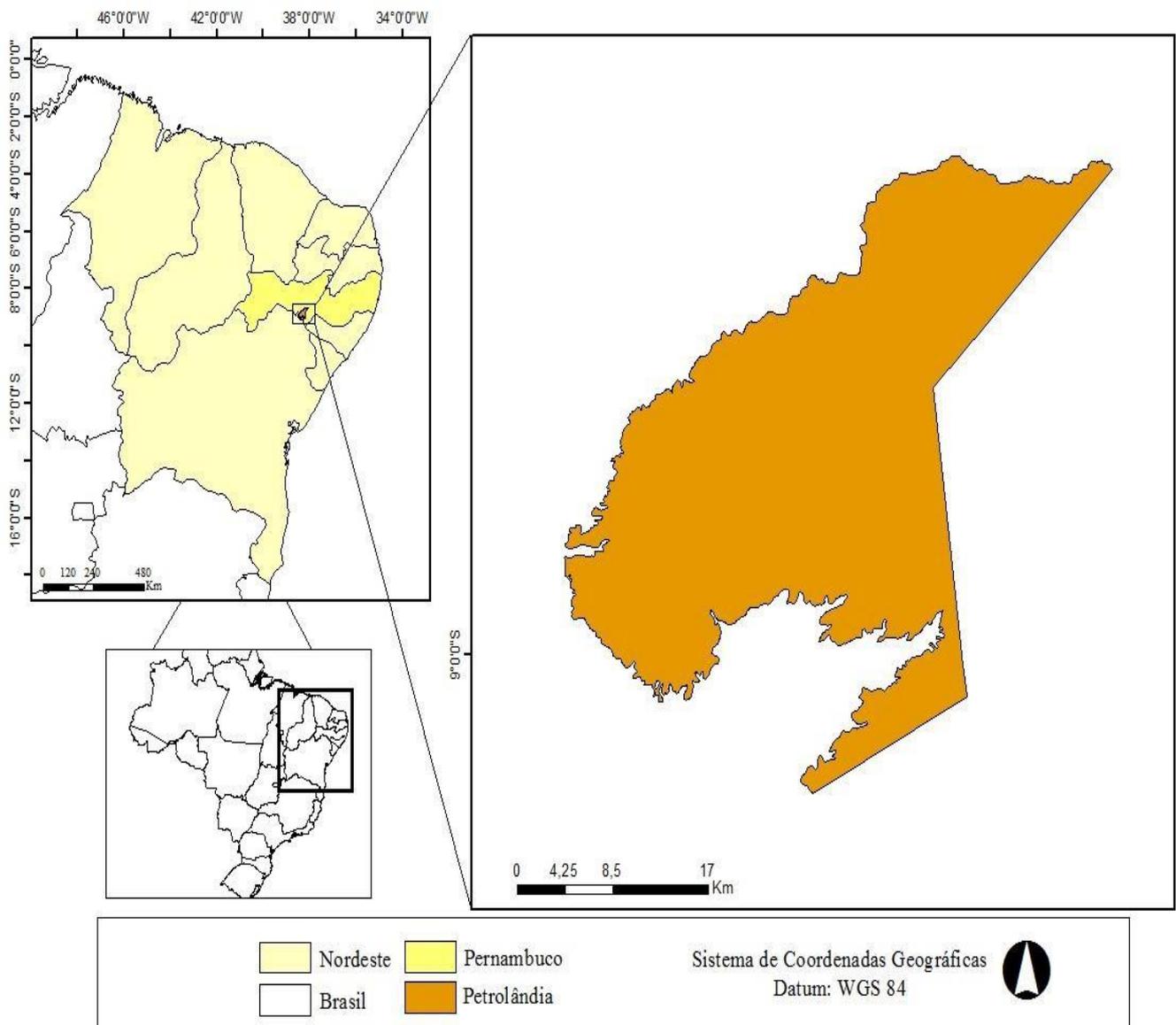
Diante do exposto até aqui, formulamos a seguinte questão: Em que medida a organização dos perímetros irrigados em Petrolândia influíram nas inter-relações entre trabalho e meio ambiente?

3 MÉTODOS DE ABORDAGEM E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA

O município de Petrolândia localiza-se a 450km da capital de Pernambuco (Figura 2), Recife. Integra a Região de Desenvolvimento de Itaparica junto com Belém de São Francisco, Carnaubeira da Penha, Floresta, Itacuruba, Jatobá e Tacaratu. E, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), esta região acha-se inserida na microrregião de Itaparica e mesorregião do São Francisco pernambucano de onde destacaremos alguns parâmetros sociais para fins de comparação.

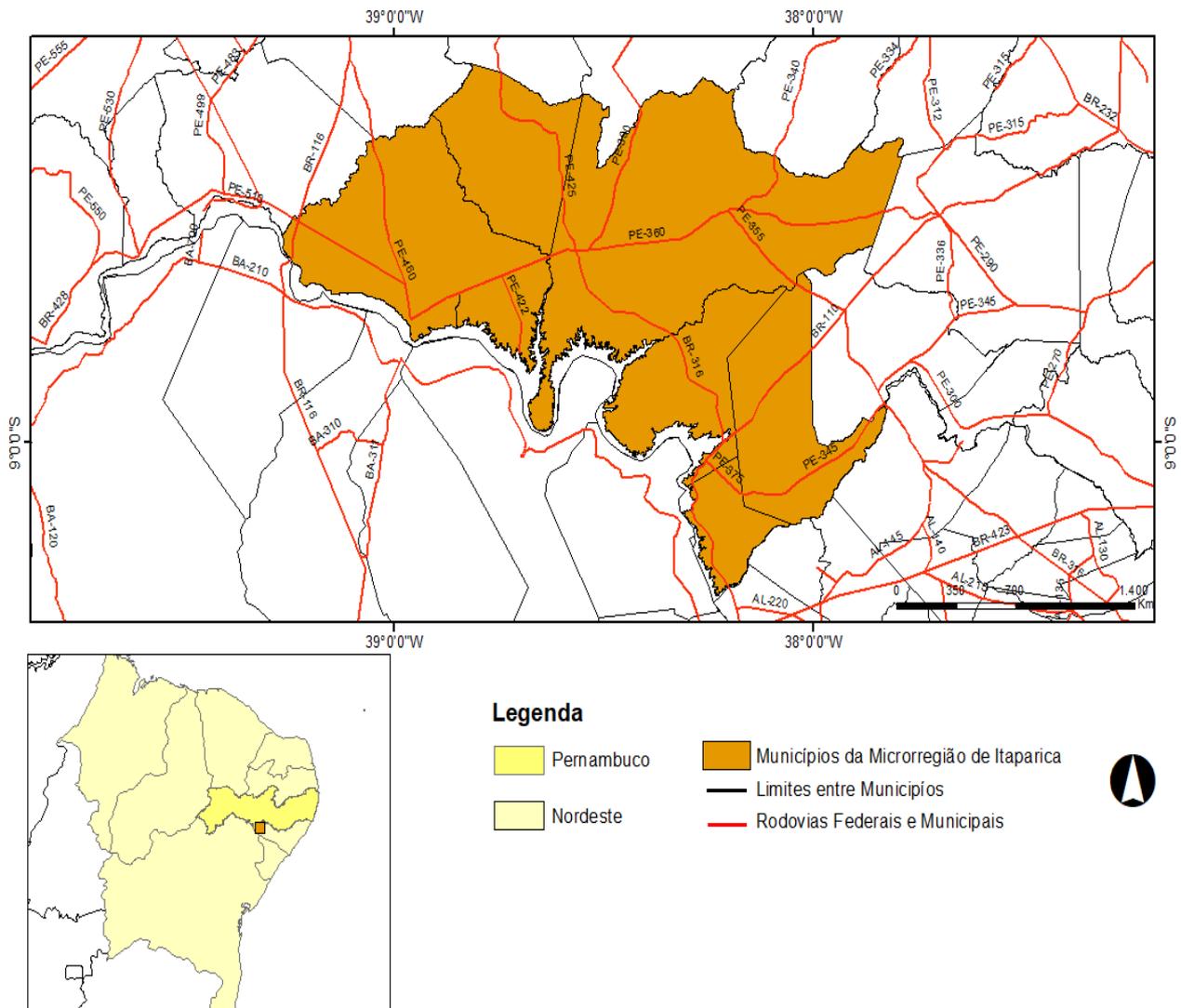
Mapa 3: Localização de Petrolândia no Nordeste.



Fonte: ZAPE – Zoneamento Agroecológico do Recife. Elaboração: Jadson Freire (2017).

Petrolândia possui uma área aproximada de 1.088,2 m², localizada na região semiárida do estado. Limita-se ao norte com o município de Floresta; ao sul com o município de Jatobá e o estado da Bahia; e a leste com o município de Tacaratu (Imagem 3). A sede municipal possui coordenadas geográficas: latitude 09° 04' 08" S e longitude 38° 18' 11" W, com altitude de 283m. O acesso a este lugar é feito por meio da BR-110, que liga os municípios de Jatobá e Floresta.

Mapa 4: Microrregião de Itaparica e suas rodovias de acesso



Fonte: ZAPE – Zoneamento Agroecológico do Recife. Elaboração: Jadson Freire (2017)

O clima dominante na região, segundo a classificação de Köppen, é do tipo BSs'h', que se caracteriza por ser muito quente, semi-árido, com temperatura média anual em torno de 25°C. A vegetação original é composta de caatinga hiperxerófila formada por espécies vegetais com elevada capacidade de retenção de água. Durante a estação mais quente, esta vegetação perde a folhagem e tem seu metabolismo vegetal reduzido (EMBRAPA, 2004).

Anteriormente havia predominância da mata ciliar, a qual era composta majoritariamente por vegetação densa arbórea-arbustiva, sobre solos em geral, rasos, pedregosos e duros. Porém, às margens do rio e dos baixos riachos, havia solos tipo aluviões – muito adequado para a agricultura – uma vez que são tipos de solo que se formam nas beiras dos rios devido o movimento de argilas e sílicas durante muito tempo (Silva, 1997).

Tais condições demonstram o quanto a proximidade com o rio constitui fator fundamental à vida das pessoas, sendo esta situação geográfica, logicamente, muito relevante para o trabalho.

A porção do submédio São Francisco atingida pela construção da Usina Hidrelétrica de Itaparica está localizada entre as coordenadas 8°00' e 9°30' latitude sul, e 38°00' e 39°00' de longitude de Greenwich.

3.2 MÉTODO DE ABORDAGEM

Em se tratando de uma pesquisa predominantemente qualitativa, partimos do princípio de que, entendendo que a realidade social envolve aspectos das relações entre a humanidade em si e suas instâncias sociais (Gil, 1999), em seus respectivos ambientes de trabalho, optou-se pela pesquisa exploratória. Isto porque é a partir desta que é possível elencar procedimentos bibliográficos, documentais e de escuta semiestruturada.

Essa abordagem qualitativa está relacionada, principalmente, a métodos e técnicas utilizados pelas diferentes ciências sociais, como a história, a sociologia e a antropologia, que há muito tempo já desenvolvem estudos aprofundados sobre as vivências, experiências, cotidiano das pessoas e das relações entre instituições e a sociedade, recorrendo a depoimentos orais, análise do discurso, observação participante, entre outras técnicas que devem apresentar uma clareza metodológica para subsidiar o desenvolvimento da investigação científica. (ROSA, 2014, p. 45)

Neste sentido, e partindo da revisão da literatura acerca do tema desta dissertação, procurou-se relacionar trabalho e meio ambiente no âmbito das questões históricas locais,

como uma totalidade complexa. Dessa forma, tem-se uma visão do que a região semiárida representa como um todo e dos processos que levaram aos atuais desdobramentos.

Ademais, partindo da proximidade deste estudo com a pesquisadora, concordamos que

O conhecimento familiar ou as intuições derivadas do senso comum, perante situações vivenciadas, podem levar a correlações entre fenômenos notados e ao desejo de verificar a real correspondência existente entre eles. Não se trata aqui de comprovar cientificamente o óbvio; ao contrário, trata-se de averiguar se é “óbvio”, isto é, se há ou não uma correlação de fato entre os fenômenos (LAKATOS, 2003, p. 132)

Esta pesquisa teve, portanto, como aporte teórico uma abordagem que é composta pela interação entre a territorialidade e o trabalho rural, uma vez que o enfoque temático empírico deste estudo envolve a territorialidade do ambiente agrário em Petrolândia após a construção da Hidrelétrica de Itaparica, na tentativa de entender como a população reassentada passou a viver após este processo.

3.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Mesmo em se tratando de um estudo qualitativo, esta pesquisa, não renunciou ou às técnicas quantitativas, pois foram necessárias para esclarecer pontos gerais relacionados ao tema. Podendo ser analisadas qualitativamente, contribuindo, dessa forma, para complementar as informações obtidas por meio da coleta de dados qualitativos. Ou seja, não é sua densidade em números, mas a interpretação destes que, como meio para explicar a problemática ora delimitada, buscamos aqui.

Assim, foi realizada uma análise de dados estatísticos dos censos demográficos 2000 e 2010, uma vez que os censos retratam os resultados das pesquisas da década anterior à divulgação de suas sínteses. Como também, o retrato dos setores censitários que representam as agrovilas de Petrolândia na plataforma do IBGE.

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas no intuito de obter uma visão abrangente acerca de como os agricultores na Nova Petrolândia passaram pela transição de ambiente, suas impressões e opiniões sobre os modos de trabalho atuais que partiam das seguintes perguntas:

1. Em que trabalhava antes do alagamento da velha Petrolândia?
2. Quais as principais mudanças ocorridas nas oportunidades de trabalho após a transferência da população para Nova Petrolândia? E na sua vida?

3. Como ocorreu a transição (negociações, reassentamento, expectativa, realidade)?
4. Seu trabalho é o suficiente para a auto sustentação da família? Qual sua perspectiva de futuro?

A pesquisa de campo foi iniciada em janeiro de 2016 no intuito de se ter uma prévia ideia da atual configuração do trabalho no município em epígrafe com a realização de entrevistas que resultaram em uma melhor visibilidade do problema estudado, bem como do reconhecimento do território municipal atual enquanto ambiente vivido, para além das demarcações cartográficas e limites municipais. Realizaram-se ademais, entrevistas em abril de 2017 para a complementação das primeiras.

Em geral, os entrevistados tinham relações rurais e urbanas e eram indicados uns através dos outros. Sendo abordados algumas vezes em seus lotes; e outras vezes em suas residências, conforme a disponibilidade para tal.

Foram realizadas 12 entrevistas, conforme os entrevistados indicavam outras pessoas para respondê-las também. Isto gerou uma amostra composta por pessoas de diferentes pontos do município: Icó Mandantes, agrovila da reta e serrota. O número de entrevistados resultou da repetição do conteúdo das impressões e respostas que cada um deu.

4 TRABALHO E TERRITÓRIO: UMA TRAMA EM VÁRIAS DIMENSÕES

4.1 O TRABALHO: SUA ESSÊNCIA E RELEVÂNCIA

A palavra trabalho tem origem no nome de um instrumento de tortura *tripladium* - em latim - passando para *travail*, em francês, tendo a conotação de “sofrer” de onde evoluiu para “trabalho duro”. Seu significado, na sociedade, pode ter advindo de fundamentos cristãos que variaram de castigo a honra, até as bases econômicas do sistema capitalista. Os paradigmas cristãos trazem culturalmente uma carga de obrigação e penitência ao sentido do trabalho, justificando até a exploração do homem pelo homem. Quando da concretização da forma capitalista da sociedade, considera-se processos diretamente ligados à meritocracia, às conquistas e evoluções e às consequências do trabalho (GOMES, 2016).

Partindo do princípio de que o trabalho faz parte da formação social da humanidade, e de que seu papel está para além da geração de valor, ele constitui uma dimensão fundamental da realização pessoal. Isso pela sua capacidade de autosustentação ligada a aspirações e processos de formação, manutenção da cultura e cultivo de ideias e costumes, bem como fazendo parte de processos criativos. Desse modo, entendemos que

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. (MARX, 2016, p. 201)

A humanidade, a partir do momento em que se firma em alguns lugares, passando a produzir seu alimento e percebendo a importância da relação da manutenção da terra e por assim dizer da construção do próprio lugar, cria uma relação também afetiva com o espaço. Sendo assim, o trabalho também é forma de apropriação do meio em que se vive. As questões que a partir de então se sucederam no tempo e espaço delimitaram, o território, tecendo, assim, relações de poder entre sociedade e natureza.

O trabalho no campo, suas reestruturações, seus êxodos – com a construção de novos espaços em virtude dos processos do seu acontecer histórico – fizeram estabelecer as relações entre o rural e o urbano de que: “[...] é preciso não perder de vista, sobretudo, que surgiram desde a Revolução Industrial, ramos novos de atividades cujos resultados não se relacionam de modo simples e direto nem com as necessidades do sistema, caracterizando-se por combinar as duas”, segundo Singer (1977 p. 113).

Entendemos, assim, que a história das cidades advém das inter-relações das transformações com o mundo rural.

Além das coisas que permitem ao trabalho aplicar-se a seu objeto e servem, de qualquer modo, para conduzir a atividade, consideramos meios de trabalho, sem sentido lato, todas as condições materiais, seja como for, necessárias à realização do processo de trabalho [...] Neste sentido, a terra é ainda um meio universal de trabalho, pois fornece o local ao trabalhador e proporciona ao processo que ele desenvolve o campo de operação. (MARX, 2016, p. 201)

Com base em Antunes (1995), lembramos que, na análise marxiana, existe uma clara distinção entre o trabalho concreto e o trabalho abstrato pelo que

Todo trabalho é, de um lado, dispêndio da força humana de trabalho, no sentido fisiológico, e, nessa qualidade de trabalho humano igual ou abstrato, cria o valor das mercadorias. Todo trabalho, por outro lado, é dispêndio de força humana de trabalho, sob força especial para um determinado fim, e nessa qualidade de trabalho útil e concreto, produz valores de uso (MARX, 2016, p. 60)

Em Petrolândia, entendemos que o trabalho útil, aquele que produz valor de uso, está na continuidade rural das famílias reassentadas que seguiram, apesar dos impasses, na realocação para o novo município. O que inclui a terra que é o seu meio de produção. Enquanto isso o trabalho abstrato, encontra-se na grande produção da fruticultura, gerando o mais valor em grandes fazendas de côco, majoritariamente, bem como no êxodo em busca de novas alternativas de ocupação e geração de renda para a área urbana e outros locais.

Desta forma, consideramos que, de um lado, está a relação entre sociedade e natureza produzindo a utilidade no meio em que se vive; de outro lado, está a produção quantitativa, pela qual não basta que se tenha o trabalhador útil, “resta-lhe apenas ser o dispêndio de força humana produtiva, física ou intelectual, socialmente determinada” (ANTUNES, 1995, p. 76).

Análise da problemática do trabalho produtivo e excedente acha-se em Singer (1977), como válido em seu sentido histórico, uma vez que o trabalho só é produtivo quando inserido dentro de um modo de produção. Este mesmo autor ainda considera que

Nenhuma formação social moderna é constituída apenas pelo modo de produção capitalista. Este vem sempre e necessariamente articulado com outros modos de produção. Do ângulo da formação social como um todo, há trabalho produtivo do ponto de vista absoluto em todos os modos de produção que ele engloba, de maneira que é preciso pensar que significado a somatória destes trabalhos produtivos possa ter. (SINGER, 1977, p. 114)

O que percebemos, no entanto, é que a produção capitalista do espaço se faz presente de maneira inerente aos demais processos de construção, seja de outros sistemas econômicos seja de relações de trabalho específicas.

O modo de vida dos municípios do Sertão de Pernambuco como ressaltado no início do trabalho era organizado basicamente para a subsistência das pessoas em pequena escala e, majoritariamente, manual.

A discussão que nos propomos a fazer não diz respeito à necessidade de mecanizar o trabalho no sentido de facilitar ou amenizar o peso que carrega a mão-de-obra no campo. Mas, e, sobretudo, refletir sobre a forma como as mudanças são impostas e a quem elas interessam, a quem elas beneficiam e buscar o porquê da forma como afetam e deslocam as pessoas que sempre foram afetados por interesses dominantes.

É no âmbito da concepção de meio ambiente que também buscamos compreender como se dá o cenário das tramas do trabalho na relações urbano- rurais. Entendemos, antes de tudo, que

A terra (do ponto de vista econômico, compreende a água), que, ao surgir o homem, o provê com meios de subsistência prontos para utilização imediata, existe independentemente dele, sendo o objeto universal do trabalho humano. Todas as coisas que o trabalho apenas separa de sua conexão imediata com seu meio natural constituem objetos de trabalho, fornecidos pela natureza. (MARX, 2016, p. 202)

Neste sentido, a subsistência ou a grande produção no campo – paradigmas inerentes ao Sertão pernambucano - acontece perante a integração da sociedade e natureza - alimentada pelas grandes dicotomias que a questão rural lançou e aprofundou no decorrer da história do estado. O que é diferente é a forma através da qual cada um utiliza a natureza.

Tais processos entre a cidade e o campo, seja de convivência, seja de trabalho propriamente dito, vêm se intensificando desde os anos 1990, de acordo com o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Segundo Araújo (2000), houve uma virada no modo de vida brasileiro: a população rural passou de 70% para 30%, tornando o Brasil, a partir de então, um país de campos “esvaziados”, corroborando para uma nova configuração de cenários para extração de renda.

O que provocou sérias consequências para as pessoas que tiveram que sair do campo, desprovidos das competências necessárias para viverem na cidade. Isso porque “[...] quando o trabalhador chega ao mercado para vender sua força de trabalho, é imensa a distância histórica que medeia entre sua condição e a do homem primitivo com sua forma ainda instintiva de trabalho” (MARX, 2016, p. 201).

Quando as mudanças incorporadas em nome de um desenvolvimento, seja em qual escala for, estimulam as pessoas a adequarem-se mais uma vez ao “novo” meio que lhes cabe ou que lhes é imposto, o trabalho se reconfigura.

E neste ponto, quando a distância entre o ser e o ambiente se estabelece, através dos meios de produção e intermediários na extração de mais valor do labor, isso mexe com a vida e o ambiente das pessoas. Isso porque

[...] quando a vida humana se resume exclusivamente ao trabalho, ela freqüentemente se converte num esforço penoso, alienante, aprisionando os indivíduos de modo unilateral. Se, por um lado, necessitamos do trabalho humano e reconhecemos seu potencial emancipador, devemos também recusar o trabalho que explora, aliena e infelicitiza o ser social. Essa dimensão dúplice e dialética, presente no trabalho, é central quando se pretende compreender o labor humano. O que nos diferencia enormemente dos críticos do fim ou mesmo da perda de significado do trabalho na contemporaneidade. (ANTUNES, 1995, p. 140)

Tem-se no trabalho, assim, mais que a fonte de renda, ou seja, uma identificação com o território vivido. Em espaços com população atingida por barragens, a destituição do ambiente passa pela reinvenção da própria vida uma vez que ali são afetados os laços construídos e refeitos; mas em outro território, acarretando completa mudança social.

Na complexidade que é entender o trabalho humano, temos

[...] de um lado, as externalizações do trabalho (proletário urbano e/ou rural, camponês, arrendatário, posseiro, sem terra, desempregado), e por outro lado do capital (grandes proprietários de terra, latifundiários, capitalistas e ainda o Estado (representado pelos ministérios, secretarias, órgãos de inteligência e de fomento, etc.), tem-se os elementos centrais [...]. Assim, o trabalho diante delas, quando territorializado numa determinada condição (ex: camponês) desterritorializado e assumindo outra identificação (ex: diarista e trabalho eventual), quando reterritorializa sua identidade em outro momento e sob outras condições (ocupações de terras públicas e improdutivas), expressa, pois, estágios distintos da luta de classe e níveis diferenciados de consciência de classe (THOMAZ JÚNIOR, 2004, p. 12)

Uma vez ultrapassada a barreira da territorialidade no reassentamento das famílias atingidas pela construção da barragem de Itaparica em Petrolândia, novas ressignificações aconteceram no modo de trabalho no município e, por sua vez, no seu tecido territorial-ambiental. Não incomum, as relações entre os próprios trabalhadores também foram redesenhadas quando da mudança territorial-ambiental

Até do ponto de vista simbólico isso de maneira geral, tem significado especial para os trabalhadores, mas sobretudo, porque esse poderá ser um flanco por onde emergirão discussões a respeito da plasticidade do trabalho, ou seja, poderemos apreender as diferentes formas de trabalho a que o trabalhador tem se submetido para vencer os revezes da reestruturação produtiva do capital, da terceirização, da intensificação da precarização, do desemprego, etc., a fim de focar a noção de (des)pertencimento de classe. (THOMA JÚNIOR, 2004, p. 12)

Isso foi revelado quando captamos a intensidade das diferenças dos reassentamentos dentro do mesmo território e, portanto, as consequências diretas no mundo do trabalho local. Mais adiante, ver-se-á que, o trabalho precisou reinventar-se e inventar-se, muitas vezes de maneira precária e irreversivelmente; mesmo diante dos avanços tecnológicos conquistados. Por isso

A tentativa de compreender os significados e a magnitude do processo que fundamenta a reorganização territorial do trabalho no campo poderá nos fornecer pistas sobre o conteúdo polissêmico do trabalho e, conseqüentemente, para compreendermos seus sentidos no campo, diante das redefinições expressas pela contradição cidade-campo. Também nos põe cuidadosos em relação às mediações e aos desdobramentos para as entidades de organização dos trabalhadores, sejam no âmbito sindical, associativo, etc., sendo que os aspectos limitantes que impedem a leitura do trabalho para além das fragmentações e junções (corporativas) e territoriais fundadas no metabolismo societal do capital, nos coloca frente a frente com a estrutura social mais geral. (THOMA JÚNIOR, 2004, p.16).

É neste ambiente complexo de articulações sociais e territoriais que foi construída a forma como se vive no âmbito das interrelações campo-cidade na área da nossa pesquisa. O contingente de pessoas fazendo suas reivindicações e lutas pela terra onde se vive não aceitou a situação de expulsão que provocou as desapropriações visando à construção das Usinas Hidrelétricas no rio São Francisco a exemplo do município de Sobradinho, que foi desastrosamente desconstruído territorial e socialmente.

No âmbito da realocação da população, o lugar e o local constituem a base das principais questões da luta dos trabalhadores, transparecendo hoje como uma permanente herança da qual não se pode abdicar

Isto é, as características espaciais desse processo é o que vai nos permitir entender a dinâmica territorial da relação capital-trabalho e as demais formas de expressão da luta de classes. Poderíamos até ponderar sobre um novo universo das confrontações e das diferenças radicadas no processo social contra a lógica destrutiva do capital e particularmente a tradução disso em ações concretas e conteúdos tático-estratégicos específicos. (THOMAZ JÚNIOR, 2014, p. 18)

Por isso que, para Antunes (2009, p. 149), vale ressaltar que se deve

Compreender, portanto, a classe-que-vive-do-trabalho, a classe trabalhadora hoje, de modo ampliado, implica em entender este conjunto de seres sociais que vivem da venda da sua força de trabalho, que são assalariados e desprovidos dos meios de produção. Como todo trabalho produtivo é assalariado, mas nem todo trabalhador assalariado é produtivo, uma noção contemporânea de classe trabalhadora deve, em nosso entendimento, incorporar a totalidade dos trabalhadores assalariados.

Segundo este mesmo autor, ademais, do total de 80 milhões de trabalhadores no Brasil, cerca de 60% encontravam-se em situação de informalidade. O que foi resultado da

desregulamentação do trabalho em virtude da precarização acelerada pela terceirização. Os subcontratos, e aqui trazemos especificamente aqueles que se fazem no campo, possuem caráter de alta exploração e informalidade da mão-de-obra, na maioria das vezes, achando-se desprovida dos meios de produção de que detinham nos seus territórios de origem.

Diante do exposto, não concordamos com a tese neoliberal do “fim do trabalho”. O que acontece de fato é que o trabalho se reconfigura ressignificando-se; e isso porque as peculiaridades do mundo do trabalho e da classe-que-vive-do-trabalho, como destaca Antunes (2009), tornam-se cada vez mais complexas e heterogêneas com o avançar do tempo e das técnicas.

Em síntese, o trabalho, em todas as suas dimensões é, pois, a base fundante do autodesenvolvimento da vida material e espiritual, sendo que circunscrito à sua forma concreta garantiria a realização de uma vida cheia de sentidos, emancipada para o ser social que trabalha. Diante disso, não podemos concordar com a tese do fim do trabalho ou da perda de sua centralidade, tampouco com o fim da revolução do trabalho. (THOMAZ JÚNIOR, 2014, p. 18)

Com efeito, ainda vale ressaltar nesta discussão que

É no interior do processo de auto-realização da humanidade através do trabalho, ao longo dos tempos, que podemos reconhecer o conteúdo do metabolismo social do capital, que faz com que sociedade e natureza e as mediações que governam essa relação dialética sejam lidas [...] como base fundante da compreensão da polissemia do trabalho no mundo atual. Ora mais ênfase à relação homem-meio, ora à organização espacial, a tecitura da sociedade vai sendo construída (THOMAZ JÚNIOR, 2004, p. 11)

Portanto, tratemos aqui do redesenho ambiental da classe-que-vive-do-trabalho em Petrolândia a partir da reconstrução do seu ambiente de existência, após as violações ao seu território. Em Antunes (1995), lembramos com base na análise marxiana, que a distinção entre trabalho concreto e trabalho abstrato ainda se faz importante para entender a realidade ambiental contemporânea dos homens e das mulheres em seu acontecer histórico-territorial.

Mas, na presente pesquisa, trata-se de trabalhadores que nunca incluíram na economia formal regional; que sofreram com a relocação pelos grandes projetos de irrigação a qual lhes tirou seus principais meios de trabalho – terra e água -; e que, hoje, diante do aprofundamento da racionalidade neoliberal, continuam ameaçados de serem cada vez mais afastados das possibilidades concretas de inclusão.

Ao refletirmos sobre as mudanças no modo de trabalho dos agricultores de Petrolândia no período pós-barragem, entendemos que estamos tratando de uma mudança global pelo qual sabemos que

Os últimos séculos marcam, para a atividade agrícola, com a humanização e a mecanização do espaço (...) uma considerável mudança de qualidade, chegando-se, recentemente, ao que podemos chamar de meio técnico-científico-informacional, característico não apenas na vida urbana, mas também no mundo rural, tanto nos países avançados como nas regiões mais desenvolvidas dos países pobres. É desse modo que se instala uma agricultura propriamente científica, responsável por mudanças profundas quanto à produção agrícola e quanto à vida das relações. (SANTOS, 2002, p. 88)

A principal delas e responsável pelo atual modo de produção na nossa área de estudo é a irrigação, como apontado por Andrade(1983).

Pretendemos levar em conta a agricultura familiar e seus desdobramentos no contexto do nosso estudo, e suas implicações no território e no ambiente impactado por bruscas violações e em busca de um redesenho, como o que ocorreu nos últimos 30 anos no submédio São Francisco.

Ainda para Santos (2002), junto à modernização da agricultura, vem um pacote de inovações que incluem sementes, fertilizantes, inseticidas, corretivos e auxílio técnico. É esse tipo de demanda que controla os demais processos ali envolvidos, como a plantação, a colheita e o comércio. Dessa forma, existe, então, uma homogeneização que ultrapassa limites territoriais.

Neste contexto, o trabalho fica sujeito a estas novas regras as quais são impostas no sentido de fazer com que as assumam postura universal hegemônica sob pena de permanecer fora do mercado.

Nas áreas onde tal fenômeno se verifica, registra-se uma tendência a um duplo desemprego: o dos agricultores e outros empregados e o dos proprietários; por isso, forma-se no mundo rural em processo de modernização uma nova massa de emigrantes, que tanto se pode dirigir às cidades quanto participar da produção de novas frentes pioneiras, dentro do próprio país ou no estrangeiro. (SANTOS, 2002, p. 90).

Concordamos que existe coexistência de continuidades e discontinuidades decorrentes deste processo onde

As situações assim criadas são variadas e múltiplas, produzindo uma tipologia de atividades cujos subtipos dependem das condições fundiárias, técnicas e operacionais preexistentes. Numa mesma área, ainda que as produções predominantes se assemelhem, a heterogeneidade é regra. Há, na verdade, heterogeneidade e complementaridade. (SANTOS, 2002, p. 90)

Neste contexto, as diferenças existentes em cada cultivador têm a experiência comum que é a de dependência e subordinação ao mercado. É nesse sentido que buscamos estudar o meio rural, neste caso, como integrando o mundo do trabalho na agricultura familiar.

O meio rural é entendido como um suporte de relações sociais específicas, que se constrói, se reproduz ou se redefinem sobre o mesmo espaço singular de vida. Para compreendê-lo é preciso considerar sua dinâmica social interna, isto é, a que resulta da maior ou menor intensidade e complexidade da vida local e, por outro lado, as formas de sua inserção em uma dinâmica social “externa”. No primeiro caso, o espaço rural é socialmente construído pelos seus habitantes, em função de parentesco e de vizinhança, e isto tanto a nível da vida cotidiana quanto do ritmo dos acontecimentos que determinam os ciclos da vida familiar, tais como nascimentos, casamentos e mortes. (WANDERLEY, 2000, p. 30)

A autora afirma ainda, que este seria o lugar em torno do qual a família centra seu patrimônio, embora os membros da família exerçam “pluriatividades” em locais diferentes. Um amplo exemplo da proximidade rural-urbana de como o trabalho se reconfigura no âmbito dos limites espaciais de municípios com significativas áreas rurais, especialmente, assim sendo e atingidos por barragens. Patrimônio que foi, em parte destruído pela construção da barragem.

Os reassentamentos levam uma carga de não identificação ou em menor escala de impacto negativo, talvez uma (re)identificação. A agricultura familiar tendo como base o sentido de agricultores familiares como agentes/atores de um processo de cultivo que difere da homogeneização dos grandes latifúndios, tem uma configuração especial que conota à produção de alimentos, à sustentação de pequenos núcleos que é diferente da ideia de atraso que costumava referir no passado.

Essa situação de precariedade, na maioria das vezes, limitou a constituição de uma categoria de agricultores centrados no trabalho familiar que pudesse fazer um contrapeso socioeconômico e político aos grandes proprietários e suas organizações. Nesse sentido, além dos agricultores de base familiar terem sido desprivilegiados no que concerne ao acesso à terra, ao crédito público e às técnicas modernas, também tiveram grandes dificuldades para construir forças políticas autônomas que pudessem desafiar os grandes proprietários e o modelo de agricultura dominante (PICOLOTTO, 2014, p. 67)

As dificuldades de articulação destes grupos passaram não só pela hegemonia de grandes produtores, como também pela mão do Estado. E então, a partir de meados do século XX, iniciou-se uma organização que transcendeu as localidades e fortaleceu esta categoria ainda de acordo com Picolotto (2014).

Sobre este período histórico Harvey (2009, p. 117) nos mostra que, nestas transformações, “são abundantes os sinais e marcas de modificações radicais em processos de trabalho, hábitos de consumo, configurações geográficas e geopolíticas, poderes e práticas do Estado”. Foram consequências de marcos do sistema capitalista com o pós-guerra e as grandes recessões.

Neste sentido, os novos sistemas de produção demandam também novas posturas dos trabalhadores e seus aprimoramentos técnicos, o que nos leva a voltar a refletir sobre os trabalhadores rurais serem, na verdade, trabalhadores que acumulem pluriatividades no intuito de sua autosustentação também em períodos de crise no campo.

A pluriatividade ainda que seja um termo recente para referir-se a outras buscas por geração de renda dos trabalhadores rurais, existe há muito tempo. Faz parte da própria essência deste meio e complementa as necessidades no sistema onde está inserido. Por outro lado, tem-se a inquestionável demanda social que a tecnologia trouxe para o campo. Assim,

A pluriatividade é tanto um fenômeno antigo como recente. A combinação da agricultura com atividades como o artesanato e trabalhos efetuados para terceiros sempre esteve presente na sociedade rural. Logo, desse ponto de vista, a pluriatividade pode ser considerada um fenômeno antigo que, até então, não foi considerada um campo de estudo porque tais atividades confundiam-se com as numerosas práticas do mundo rural. Por outro lado, é um fenômeno recente quando analisadas as características específicas decorrentes dos contextos econômico e social atual (modernização tecnológica, queda das rendas agrícolas, dinâmica do mercado de trabalho). (CARNEIRO apud SILVA, et.al, p. 20, 1998)

O que nos leva a compreender que esse fenômeno existe na formas recentes e antigas fruto de tantas transformações sociais advindas dos ciclos capitalistas e suas influências em diversos âmbitos territoriais. Mas de acordo com as especificidades territoriais. Mas de acordo com as especificidades territoriais e ambientais inerentes aos trabalhadores em epígrafe.

4.2 TERRITÓRIO, RETERRITORIALIZAÇÃO E PERDAS

A construção de reservatórios d'água de múltiplos usos geralmente desencadeia o processo de transformações territoriais em muitas comunidades urbanas e rurais, fomentando a construção de obras que provocam consideráveis impactos sociais, econômicos, culturais e ecológicos.

No Brasil, a progressiva inserção de novos objetos técnicos e de ampliação dos sistemas de engenharia vigentes, atende a demandas de crescimento econômico, de tal maneira que a análise criteriosa das condições sociais e técnicas do uso da terra e das condições de vida das pessoas figuram como indispensáveis no processo de compreensão da influência dos imperativos capitalistas nas configurações territoriais.

Concordando que

O território em si não é um conceito. Ele só se torna conceito utilizável para a análise social quando consideramos a partir de seu uso, a partir do momento em que o pesamos juntamente com aqueles atores que dele se utilizam. (SANTOS, 2000, p.79)

E ainda entendendo que, como para Raffestein (1993), o espaço onde o trabalho se projetou, como energia e informação, revela relações marcadas pelo poder. O trabalho se apóia no espaço, mas não é espaço. É uma produção a partir do espaço, que se insere num campo no poder.

Trataremos aqui, do território também como “espaço vivido” frente aos espaços como territórios formais – institucionais, conjugando materialidade e imaterialidade, como descreveu Haesbaert (2004a, p.8). Uma vez que o processo de reassentamento dos trabalhadores rurais em municípios afetados por construções de barragens configura novas territorialidades.

A territorialidade não é apenas “algo abstrato”, num sentido que muitas vezes se reduz ao caráter de abstração analítica, epistemológica. Ela é também uma dimensão imaterial, no sentido antológico de que, enquanto “imagem” ou símbolo de um território, existe e pode inserir-se eficazmente como uma estratégia político-cultural, mesmo que o território ao qual se refira não esteja concretamente manifestado – como no conhecido exemplo – da “terra prometida” dos judeus, territorialidade que os acompanhou e impulsionou através dos tempos, ainda que não houvesse, concretamente uma construção territorial correspondente (HAESBAERT, 2004a, p. 7)

Ou seja, a mudança não só de território formal, com a destituição da área habitada de um município para o outro, mas também a mudança de ambiente onde e com quem se vive, se planta, se manuseia e se trabalha, concebemos territórios, aponta Haerbaert (2004a, p. 79)

(...) a partir da concepção de espaço como um híbrido entre sociedade e natureza, entre política, economia e cultura e entre materialidade e “idealidade”, numa complexa interação tempo-espaço, como nos induzem a pensar geógrafos como Jean Gottman e Milton Santos, na indissociação entre movimento e (relativa) estabilidade – recebam estes nomes de fixos e fluxos, circulação de iconografia” [na acepção de Jean Gottman] ou o que melhor nos aprouver. (...) o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural.

Considerando, assim, que os assentamentos rurais pós-barragem de Petrolândia, foram concebidos a partir da organização civil e perpassado pelas relações de poder de oligarquias locais e influenciadas diretamente pela política “de longe e de perto”. E isto no âmbito da concepção de grandes eventos como o caso da construção de Usinas Hidrelétricas no Rio São Francisco, indissociando todas as relações de poder que se desenvolveram na rede de interesses e necessidades seguindo a lógica de que

Historicamente, o capitalismo, como sistema mundial de acumulação e governo, desenvolveu-se simultaneamente nos dois espaços. No espaço-de-lugares (...) ele triunfou ao não identificar com certos Estados. No espaço-de-fluxos, em contraste, triunfou por não se identificar com nenhum Estado em particular, mas por construir organizações empresariais não territoriais que abrangiam o mundo inteiro (HAESBAERT, 2004a, p. 84)

Da mesma forma que

(...) lógicas de poder dentro do sistema mundial de acumulação aparecem também associados a dinâmicas espaciais distintas – uma, o “capitalismo” em sentido estrito, seria marcada sobretudo pelo “espaço dos fluxos” das grandes organizações empresariais, enquanto a outra, o “territorialismo” marcado pela lógica estatal, seria também o domínio do “espaço dos lugares”. (HAESBAERT, 2004a, p. 84)

Tendo, desta forma, a caracterização precisa de um ambiente de realidade propícia aos interesses do capital mundial

Assim, dentro da diversidade territorial do nosso tempo devemos levar em conta, em primeiro lugar, essa distinção recente entre uma lógica territorial reticular. Elas se interpenetram, se mesclam, de tal modo que a efetiva hegemonia dos territórios-zona estatais que marcaram a grande colcha de retalhos política, pretensamente uniterritorial (no sentido de só admitir a forma estatal de controle político-territorial) do mundo moderno, vê-se obrigada, hoje, a conviver com novos circuitos de poder que desenham complexas territorialidades, em geral, na forma de territórios-rede (HAESBAERT, 2004a, p. 12)

Então, tem-se de um lado o represamento de água que redesenha os limites territoriais municipais e de certa forma, no sentido mais reconhecido de território, o político. E de outro, o mesmo fenômeno realizado com a tecnologia humana que desenha os limites e as possibilidades dos territórios vividos onde

a perspectiva euclidiana de um espaço superfície contínuo praticamente sucumbe à descontinuidade, à fragmentação e à simultaneidade de territórios que não podemos mais distinguir claramente onde começam e onde terminam ou, ainda, onde irão eclodir, pois formações rizogomáticas também são possíveis (HAESBAERT, 2004b, p. 348)

A disposição de recursos naturais no novo ambiente territorial criado perpetua as questões políticas e sociais que permeavam os antigos territórios. O território envolve sempre, ao mesmo tempo, mas em diferentes graus de correspondência e intensidade, uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade cultural atribuída pelos grupos sociais e em uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar: a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos, de acordo com Haesbaert (2004). É nesta perspectiva que o trabalho, embora tenha mudado junto a mudanças territoriais-ambientais, trouxe outros limites não só econômicos, mas também de poder.

Podemos dizer que o capitalismo já nasce virtualmente global, ou seja, sem uma base territorial restrita, bem definida, mas que, para realizar efetivamente sua vocação globalizadora ele recorre a diferentes estratégias territoriais, especialmente neste caso do nosso estudo, aquela que faz apelo ao ordenamento geográfico estatal, visando a atender os interesses dominantes.

A interferência do Estado, ainda aponta Haesbaert (2004), sempre como uma faca de dois gumes, na contradição que lhe é inerente entre a defesa de interesses públicos e a defesa de interesses privados, atuando como um complicador neste jogo de abertura e fechamento de fronteiras.

Retomando a discussão e ideia de Claude Raffestein, Haerbaert, nesta discussão diz que

Podemos dizer que a primeira grande desterritorialização capitalista relaciona-se à sua própria origem, seu “ponto de partida” que é a chamada acumulação primitiva de capital, separando produtor e meios de produção. Trata-se da “expropriação do povo do campo de sua base fundiária” e a transformação em trabalhador livre rumo ao assalariamento nas cidades. A associação e “controle” (domínio e apropriação) dos meios de produção (da terra para cultivar à fábrica ou os instrumentos para produzir) pode ser visto como desterritorialização, imprescindível de qualquer modo, à construção e à reprodução do capitalismo (HAESBAERT e RAMOS, 2004, p. 28)

A desterritorialização da qual tratamos, parte, muito aproximadamente, da chamada acumulação primitiva. No entanto, sob controle estatal. As formas de realocação dos trabalhadores rurais e a destruição, instalação e suporte técnico reterritorializaram e controlaram os meios de produção no submédio São Francisco, muito embora sob uma aclamada mudança nos meios de produção.

Seria um acesso a tipos de objetos e serviços que só vieram em conjunto à destruição causada pelo dito progresso, como a construção de usinas hidrelétricas devido à grande demanda de energia. Uma recompensa em alguns pontos mal realizada e a qual Scott (2009) denominou de descaso planejado. Concordamos, assim, que

O capitalismo para ser hegemônico precisa de coesão e vai se dar, sobretudo, por meio de uma homogeneização dos códigos e signos utilizados, para que se configure o território-global ou território-mundo. Mas estes códigos não surgem espontaneamente com o novo sistema, eles são criados a partir da destruição de códigos antigos, ou seja, ocorre uma re-codificação ou sobrecodificações sucessivas. (HAESBAERT e RAMOS, 2004, p. 29)

Sendo esta a principal identificação em termos da mudança territorial- ambiental ocorrida na nossa área de estudo - a destituição dos antigos modos de produção - a instituição dos novos modelos de cultivos e a adaptação deles para a realidade atual que uniformiza ao ponto que delimita o trabalho rural.

A desterritorialização como mito está colocada em Haesbaert (2005) como não condizente às multiterritorialidades.

É interessante observar que, enquanto “espaço-tempo vivido”, o território é sempre múltiplo, “diverso e complexo”, ao contrário do território “unifuncional” proposto pela lógica capitalista hegemônica. Podemos então afirmar que o território, imerso

em relações de dominação e/ou de apropriação sociedade-espaço, “desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica’. (HAESBAERT, 2005, p. 677)

No entendimento do autor, a própria concepção de território está para o espaço quando

[...] o ponto crucial a ser enfatizado é aquele que se refere às relações sociais enquanto relações de poder – e como todas elas são, de algum modo, relações de poder, este se configura através de uma noção suficientemente ampla que compreende desde o “anti-poder” da violência até as formas mais sutis do poder simbólico. (HAESBAERT, 2005, p. 679)

Dessa forma, para o autor, [...] enquanto “continuum” dentro de um processo de dominação e/ou apropriação, o território e a territorialização devem ser trabalhados na multiplicidade de suas manifestações” (HAESBAERT, 2005, p. 679). O que se refere a multiplicidade também de agentes, de poderes e de processos envolvidos na construção deste sentido. Ou seja, Estado, empresas ou quaisquer organizações sociais formam a variabilidade que determinam certo controle de uma determinada área geográfica ou território.

A territorialidade, além de incorporar uma dimensão estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar. (HAESBAERT, 2005, p. 677)

Assim, concordamos ainda, que também em Petrolândia, existe o território funcional e o território simbólico, na medida em se realiza união e se produz significados. Ainda em Haesbaert (2005) Podemos, simplificadamente, falar em quatro grandes “fins” ou objetivos da territorialização, acumulados e distintamente valorizados ao longo do tempo:

- abrigo físico, fonte de recursos materiais ou meio de produção;
- identificação ou simbolização de grupos através de referentes espaciais (a começar pela própria fronteira).
- disciplinarização ou controle através do espaço (fortalecimento da idéia de indivíduo através de espaços também individualizados);
- construção e controle de conexões e redes (fluxos, principalmente fluxos de pessoas, mercadorias e informações).

Para o autor, o que existe, na verdade, é uma reterritorialização e não uma desterritorialização. De modo que os espaços estão interligados, inclusive, e principalmente, tecnologicamente sob lógica complexa das redes de lugares.

As implicações políticas desta distinção são importantes, pois sabemos que a disponibilidade do “recurso” multiterritorial – ou a possibilidade de ativar ou de vivenciar concomitantemente múltiplos territórios – é estrategicamente muito relevante na atualidade e, em geral, encontra-se acessível apenas a uma minoria. Assim, enquanto uma elite globalizada tem a opção de escolher entre os territórios que melhor lhe aprouver, vivenciando efetivamente uma multiterritorialidade, outros, na base da pirâmide social, não têm sequer a opção do “primeiro” território, o território como abrigo, fundamento mínimo de sua reprodução física cotidiana. (HAESBAERT, 2004:360)

Ou seja, isto é, um fiel retrato dos territórios reconstruídos em Petrolândia no período pós barragem, repletos de contradições mesmo quando se assemelham, seja pelo espaço de tempo que foi construído, seja pela sua construção e, agora, sua constante reconstrução.

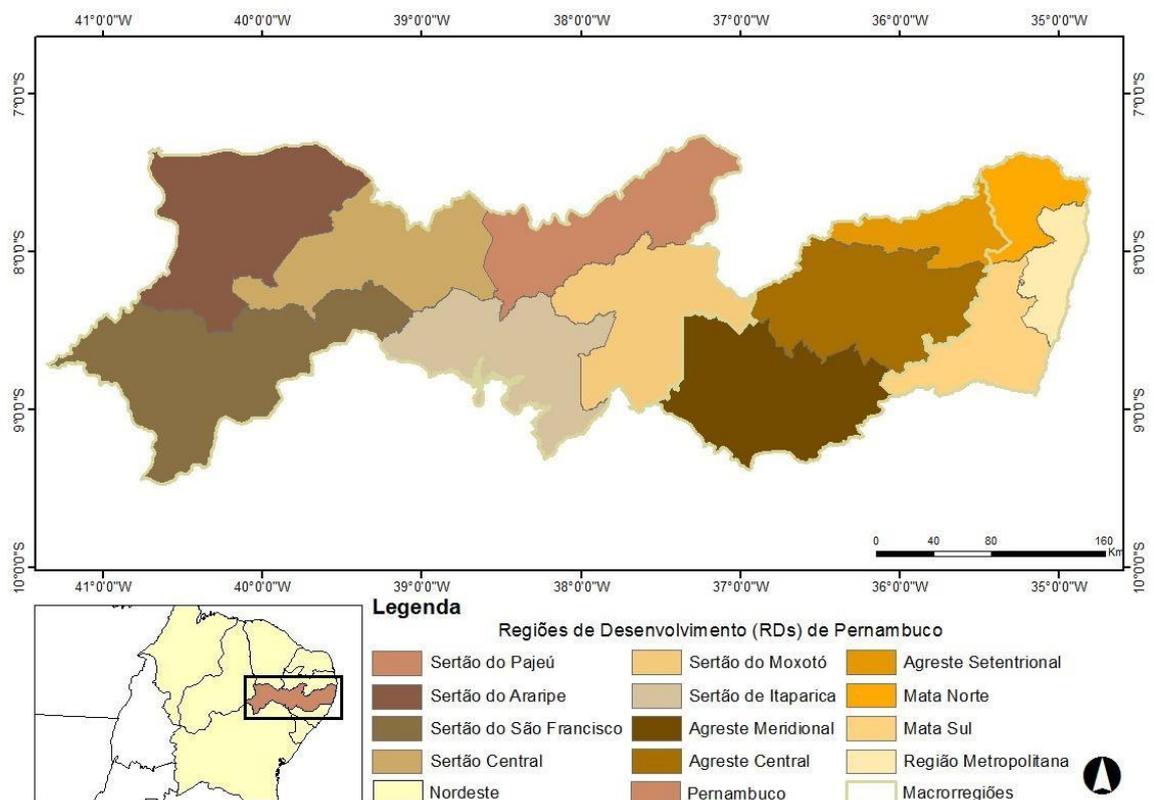
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

5.1 CARACTERIZAÇÃO SÓCIOECONÔMICA DA ÁREA DE ESTUDO

5.1.1 O município de Petrolândia na região do Submédio São Francisco

Este item enfoca os aspectos demográficos da Região de Desenvolvimento (RD) de Itaparica, a qual se acha representada na figura 6. Integram este região de desenvolvimento, além de Petrolândia, os municípios de Belém do São Francisco, Carnaubeira da Penha, Floresta, Itacuruba, Jatobá e Tacaratu. Trazemos os dados coletados em portais oficiais sobre a população tais como economia, trabalho, emprego, renda e situação rural e urbana. Aqui traremos também resultados das entrevistas relacionando as nuances do processo de irrigação com a situação econômica desta RD (Imagem 5), especificamente, Petrolândia, no âmbito da análise socioambiental.

Mapa 5: Regiões de Desenvolvimento de Pernambuco



Fonte: CONDEPE/FIDEM

Em determinados tópicos, a coleta não possui o mesmo espaço de tempo por não estar disponível em todas as plataformas com a mesma temporalidade, no entanto, configura um considerável comparativo entre as décadas passadas do reassentamento de Petrolândia, bem como entre os municípios da microrregião.

Trata-se de dados que retratam como um todo a realidade dos municípios no âmbito do que é possível ler através dos números. O que é interpretado com o auxílio dos resultados das entrevista e vivência em campo para uma melhor visão da realidade estudada, corroborando para entender o trabalho no ambiente da nova Petrolândia à luz do que foi o antigo município.

Consideramos nesta fase de coleta de dados, os últimos três censos demográficos: 1991, 2000 e 2010. Uma vez que cada censo trata da década anterior à que foi divulgada, temos o retrato antes e pós da construção da barragem de Itaparica. A seguir temos representado o crescimento populacional de Petrolândia no que se refere à população total (Gráfico 1) e em seguida, este dado desmembrado entre população urbana e rural (Gráfico 2).

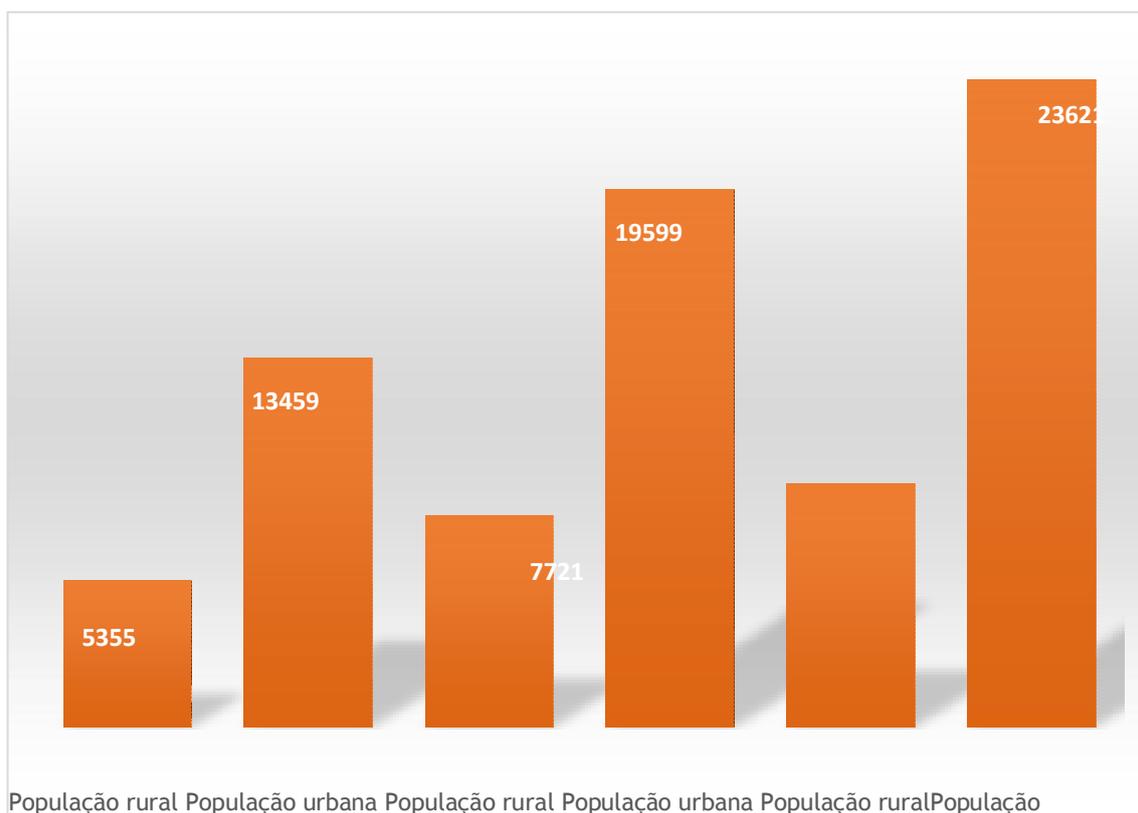
Gráfico 1 - Crescimento populacional de Petrolândia

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados o IBGE

Entre 1991 e 2000, a população do município cresceu a uma taxa média anual de 4,23%, superando a taxa do estado de Pernambuco, que foi de 1,18%, e a do Brasil foi de 1,63%, no mesmo período.

Nesta década, a taxa de urbanização do município passou de 71,54% para 71,74%. Ou seja, na década em que estava acontecendo a construção da Hidrelétrica (relembremos que concluída em 1987), na década seguinte, após o reassentamento, a população seguiu, de acordo com o IBGE representando diferenças aproximadas de crescimento tanto no urbano quanto no rural, respeitando suas proporcionalidades. Sendo em 1991 a população rural representando 28,46% e em 2000 uma pequena baixa estando em 28,26% em relação à população total

Gráfico 2 - Crescimento populacional urbano rural de Petrolândia



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados o IBGE

Entre 2000 e 2010, a população de Petrolândia cresceu a uma taxa média anual de 1,75%, enquanto no Brasil foi de 1,17%, no mesmo período. Nesta década, a taxa de urbanização do município passou de 71,74% para 72,70%. Em 2010, viviam no município, 32.492 pessoas. A previsão fora de 36.108 habitantes para 2017.

A Tabela 1 mostra as características populacionais gerais na área, revelando, de início que os municípios de Itacuruba e Jatobá são os menores de toda RD tendo menos de 1000 km² as duas juntas ocupando aproximadamente 9,6% da área total de Pernambuco e 1,5% da população, apresentando densidade populacional (57,48 pessoas por km²) ainda longe da média do estado (89,6 pessoas por km²). Porém possui baixa taxa de urbanização, bem menor que a pernambucana, 14,11% contra 80,2%.

Tabela 1 – PE, MR de Itaparica: Características Gerais da População

Municípios MR Itaparica	Território em KM2	População (2010)			Dens. Demográfica	TxUrbanização (%)	TGCA 2010 - 2000 (%)
		Total	Urbana	Rural			
Belém do São Francisco	1.830,79	20.253	12.582	7.671	11,06	62,12	0,02
Carnaubeira da Penha	1.004,66	11.782	1.982	9.800	11,73	16,82	1,25
Floresta	3.644,15	29.285	19.973	9.312	8,04	68,2	1,71
Itacuruba	430,031	4.369	3.708	661	10,16	84,87	1,76
Jatobá	277,861	13.963	6.082	7.881	50,25	43,56	0,6
Petrolândia	1.056,59	32.492	23.621	8.871	30,75	72,7	1,75
Tacaratu	1.264,53	22.068	9.192	12.876	17,45	41,65	2,59
Total MR de Itaparica	9.508,61	134.212	77.140	57.072	57,48	14,11	1,42
Pernambuco	98.146,30	8.796.448	7.052.210	1.744.238	89,6	80,17	1,06

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Contudo o crescimento populacional está 36% superior ao de Pernambuco, demonstrando um aumento da população entre 2000 e 2010 na RD de Itaparica.

Observa-se que, embora Jatobá e Belém do São Francisco tenham sido únicos municípios da área que tiveram o crescimento populacional significativamente pequeno - com Belém do São Francisco possuindo crescimento muito abaixo do da RD de Itaparica com porcentagens de 0,02 entre os censos de 2000 e 2010 - o que indica a existência de baixo dinamismo econômico de sua sede, destacando-se entre os que tiveram maior taxa de crescimento Floresta, Petrolândia, Itacuruba e Tacaratu, a última superando e muito a estadual com crescimento de quase 2,6% entre 2000-2010.

Feitas essas constatações é importante ressaltar que Tacaratu, apesar de revelar crescimento demográfico significativo, sua população, em sua maioria agrária, possui baixo índice de urbanização o que também ocorre em Jatobá que 43% de taxa de urbanização e Carnaubeira da Penha com população urbana de apenas 16,7% em 2010.

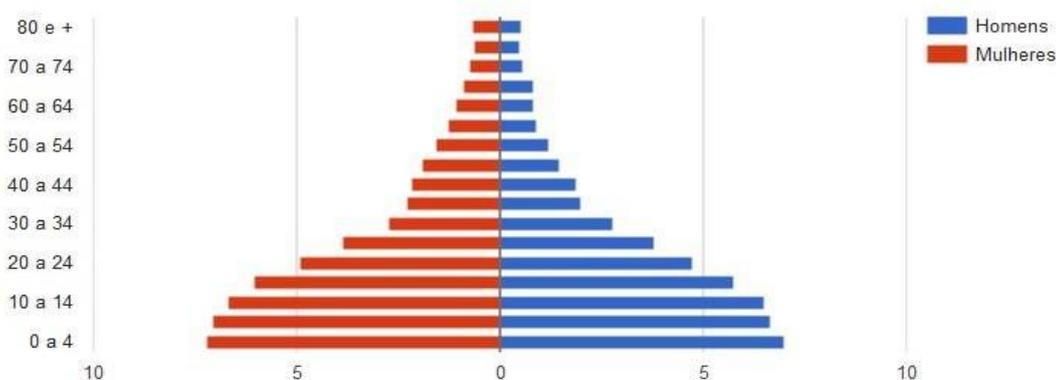
Por sua vez, o grau de urbanização da maioria dos municípios já é superior a 60%, chegando Itacuruba e Petrolândia a taxa de mais 70% de urbanização, tendo Itacuruba índice mais elevado. O que representa um importante parâmetro de mudança de paradigmas em áreas essencialmente agrárias como eram até a construção da Hidrelétrica ali. Isso diz respeito tanto à chegada de novos moradores para área urbana, quanto a não necessidade de estar diretamente no meio rural para produzir, assim como, o fato dos agricultores não terem uma única forma de trabalho.

Vale salientar que as maiores densidades populacionais dos municípios da RD ocorrem em Jatobá onde a população urbana é um pouco maior que 50% e Petrolândia. A última, ainda que concentre problemas por ser o centro econômico da microrregião na qual está sediado o maior contingente populacional da região junto com Floresta - porém residindo numa área significativamente menor do que a do Floresta - tem, maior concentração populacional. Entendemos então, que sua força no setor de serviços atrai muita gente.

Em conjunto, pode-se afirmar que a maior parte dos municípios da RD em tela, principalmente aqueles que possuem base econômica frágil, está crescendo populacionalmente nas áreas urbanas; em maior escala os municípios de maior porte, com economias mais estruturadas e diversificadas, com melhor infraestrutura socioeconômica e, conseqüentemente, com maiores oportunidades de emprego e geração de renda. Petrolândia e Floresta estão passando por uma transição de seu perfil, de agrário para urbano. Assim, pode estar havendo a migração de pessoas da rural para zona urbana dos municípios mais atrativos economicamente.

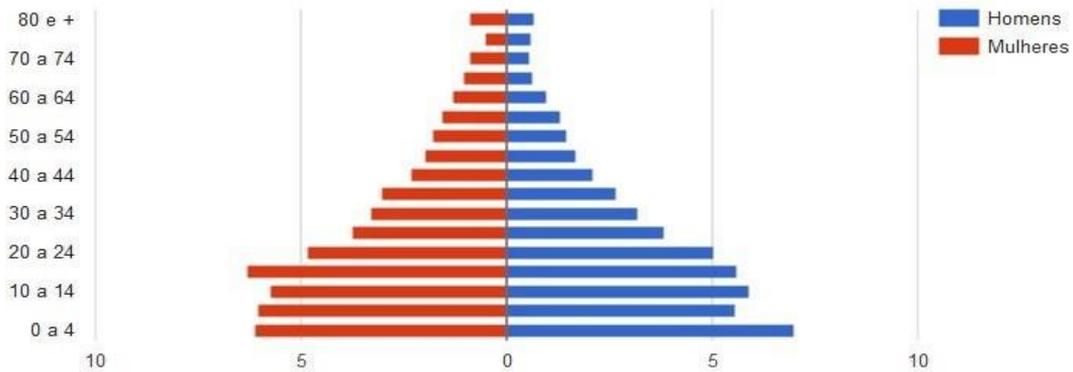
Os gráficos de 3 a 23 a seguir expõem as pirâmides etárias das populações da RD com seus respectivos dados etários.

Gráfico 3 - Gráfico da Pirâmide etária de Belém do São Francisco 1991



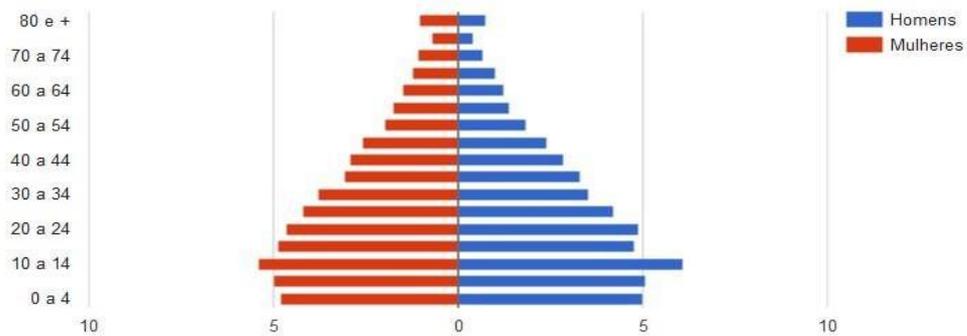
Fonte: Censo Demográfico do IBGE e Atlas do desenvolvimento humano

Gráfico 4 - Pirâmide etária de Belém do São Francisco 2000



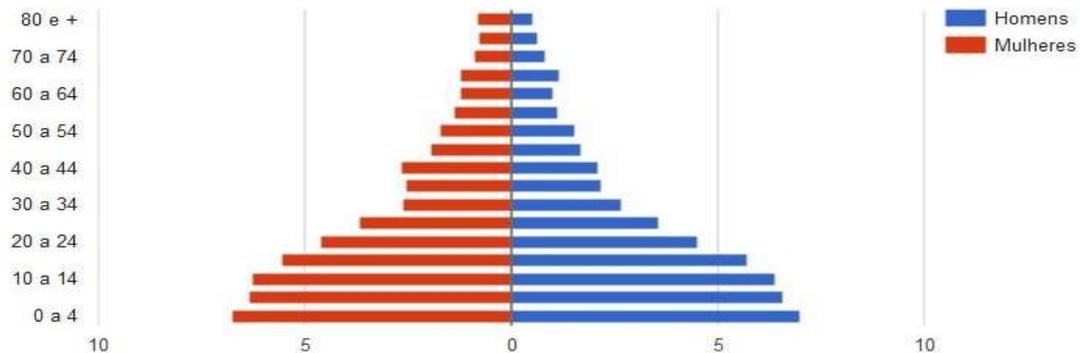
Fonte: Censo Demográfico do IBGE e Atlas do desenvolvimento humano

Gráfico 5 - Pirâmide etária de Belém do São Francisco 2010



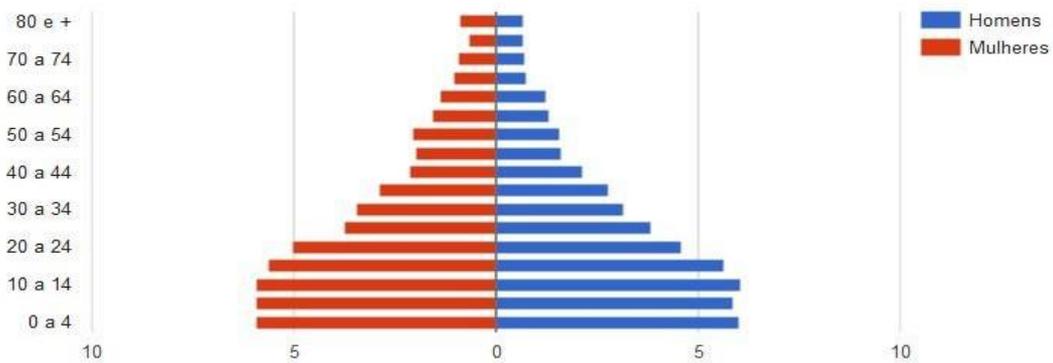
Fonte: Censo Demográfico do IBGE e Atlas do desenvolvimento humano

Gráfico 6 - Pirâmide etária de Floresta 1991



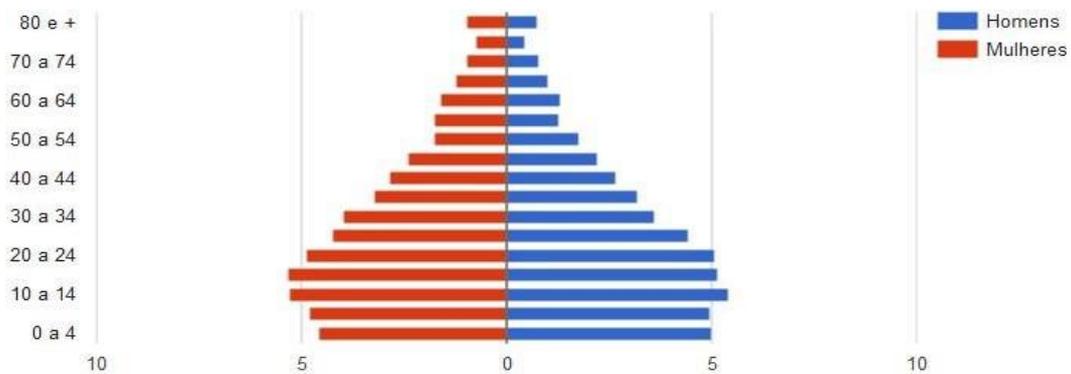
Fonte: Censo Demográfico do IBGE e Atlas do desenvolvimento humano

Gráfico 7 – Pirâmide etária de Floresta 2000



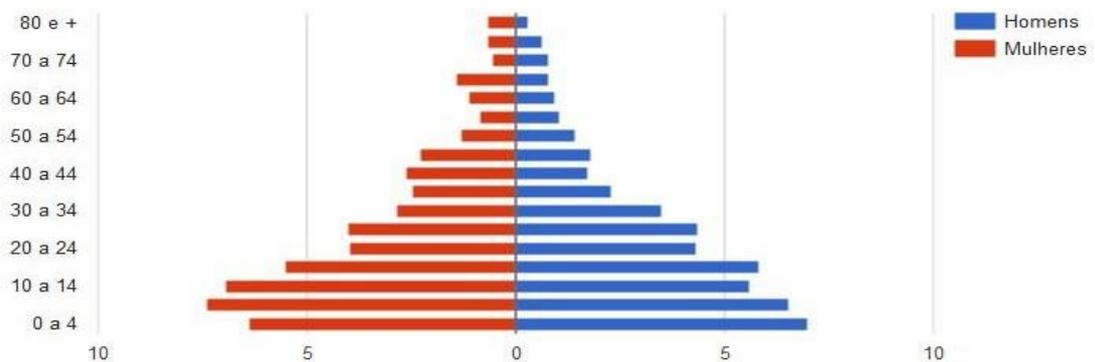
Fonte: Censo Demográfico do IBGE e Atlas do desenvolvimento humano

Gráfico 8 – Pirâmide etária de Floresta 2010



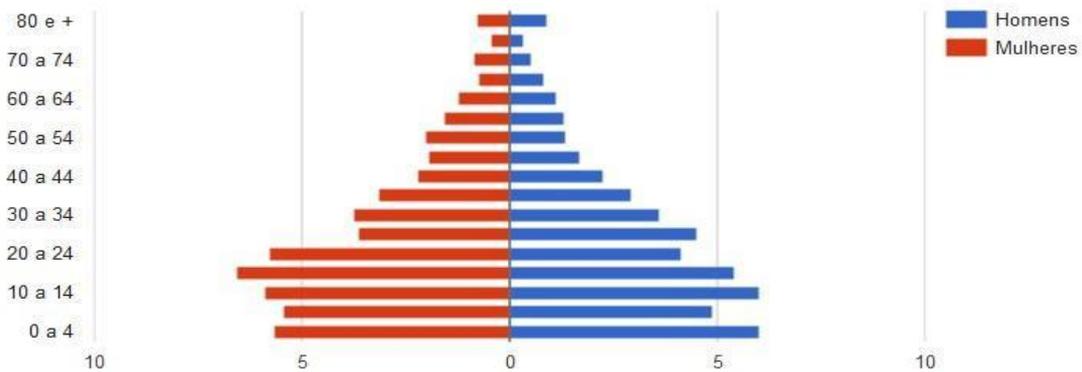
Fonte: Censo Demográfico do IBGE e Atlas do desenvolvimento humano

Gráfico 9 – Pirâmide etária de Itacuruba 1991



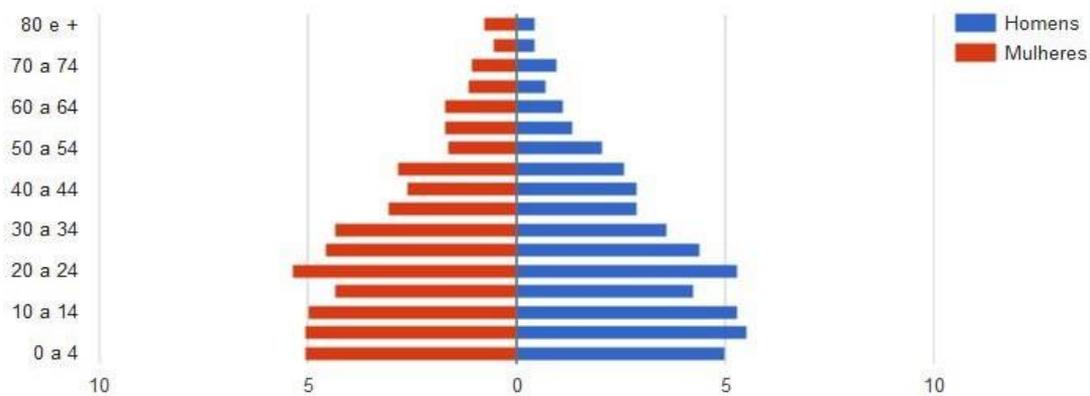
Fonte: Censo Demográfico do IBGE e Atlas do desenvolvimento humano

Gráfico 10 - Pirâmide etária de Itacuruba 2000



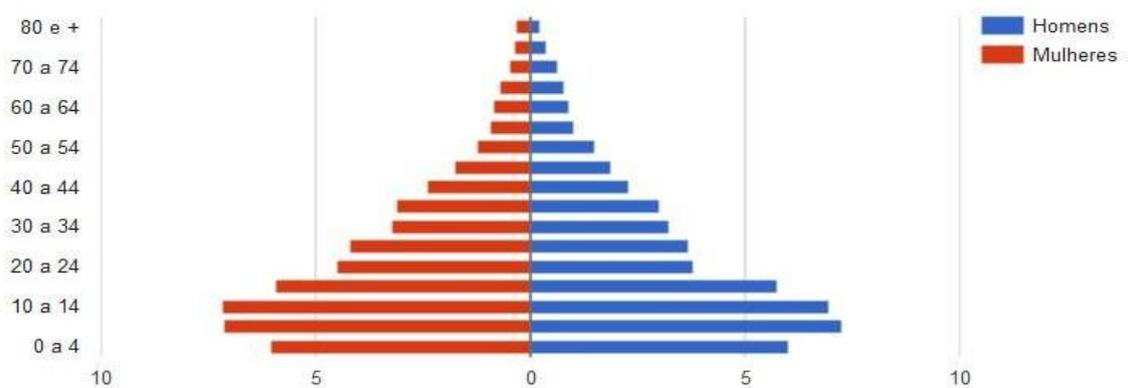
Fonte: Censo Demográfico do IBGE e Atlas do desenvolvimento humano

Gráfica 11 - Pirâmide etária de Itacuruba 2010



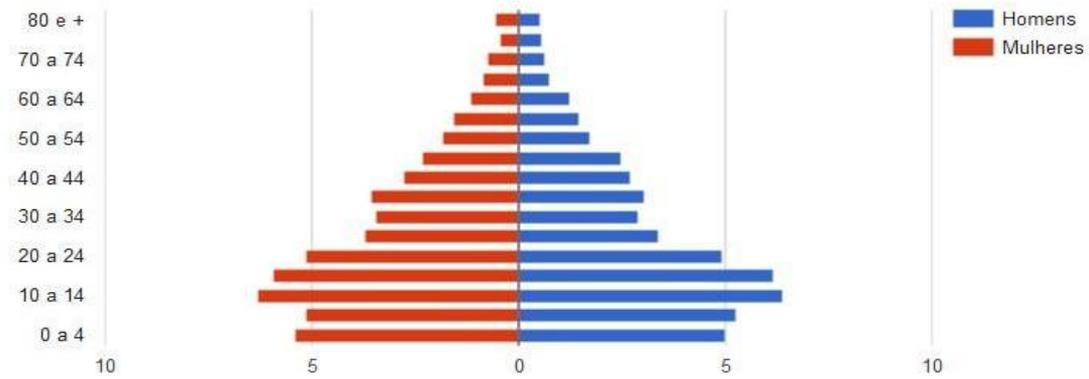
Fonte: Censo Demográfico do IBGE e Atlas do desenvolvimento humano

Gráfico 12 - Pirâmide etária de Jatobá 1991



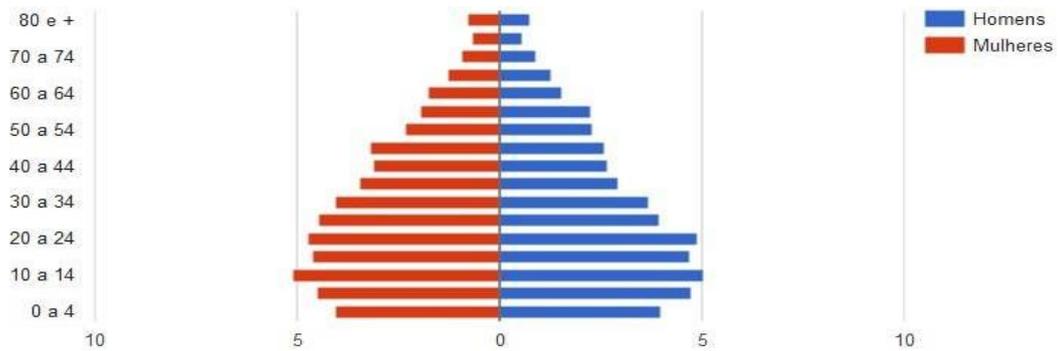
Fonte: Censo Demográfico do IBGE e Atlas do desenvolvimento humano

Gráfico 13 - Pirâmide etária de Jatobá 2000



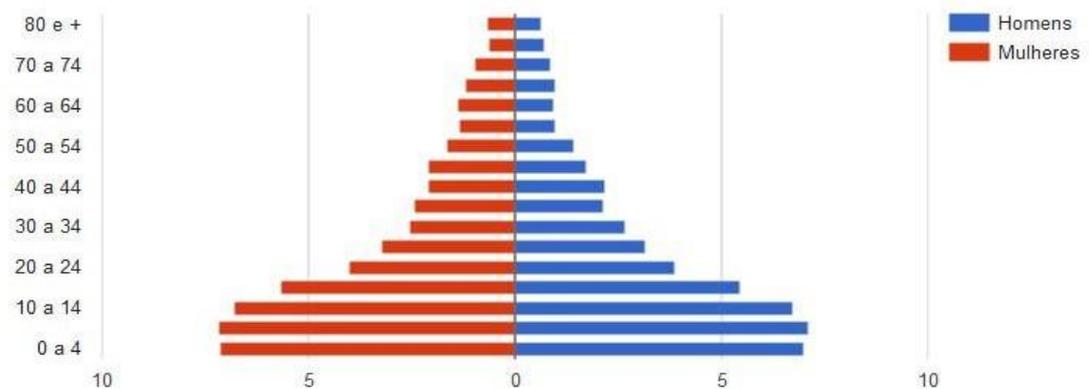
Fonte: Censo Demográfico do IBGE e Atlas do desenvolvimento humano

Gráfico 14 - Pirâmide etária de Jatobá



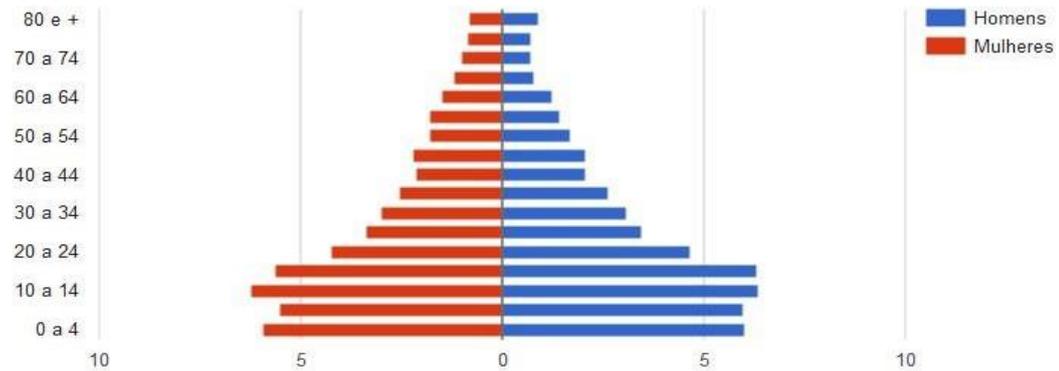
Fonte: Censo Demográfico do IBGE e Atlas do desenvolvimento humano

Gráfico 15 - Pirâmide etária de Tacaratu 1991



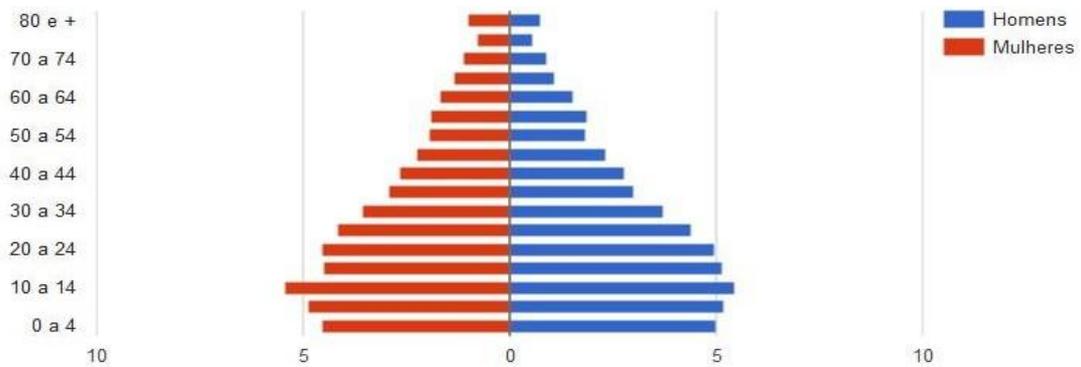
Fonte: Censo Demográfico do IBGE e Atlas do desenvolvimento humano

Gráfico 16 – Pirâmide etária de Tacaratu 2000



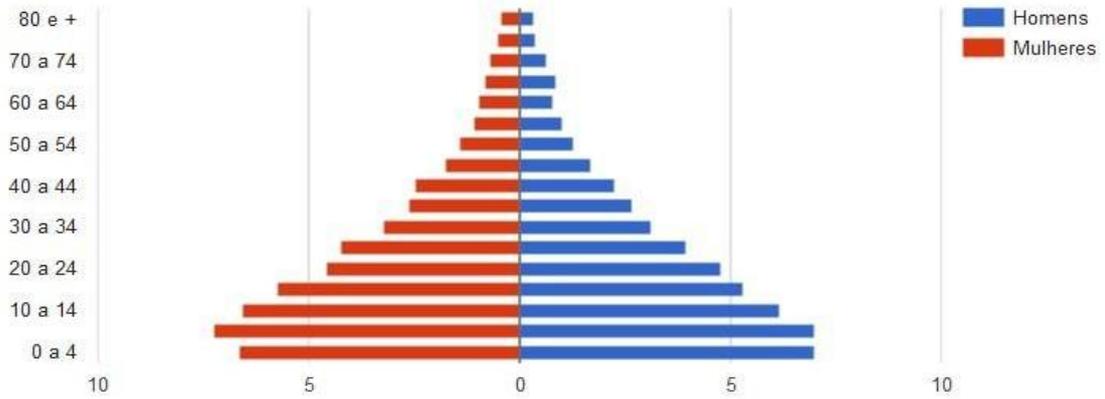
Fonte: Censo Demográfico do IBGE e Atlas do desenvolvimento humano

Gráfico 17 – Pirâmide etária de Tacaratu 2010



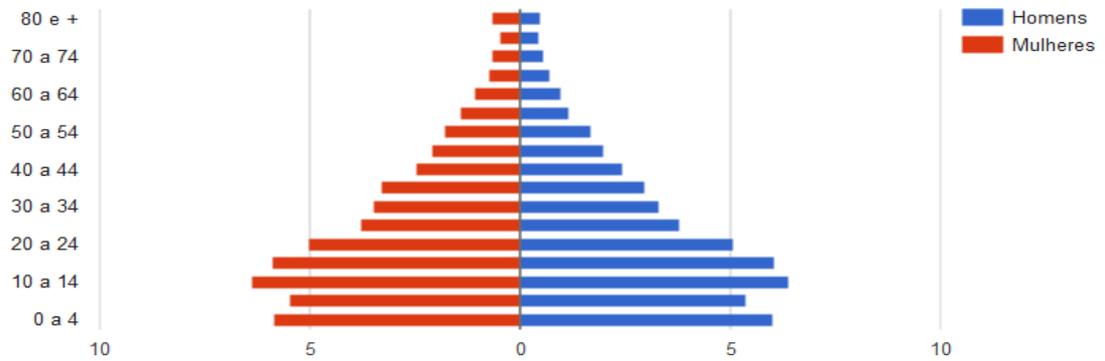
Fonte: Censo Demográfico do IBGE e Atlas do desenvolvimento humano

Gráfico 18 – Pirâmide etária de Petrolândia 1991



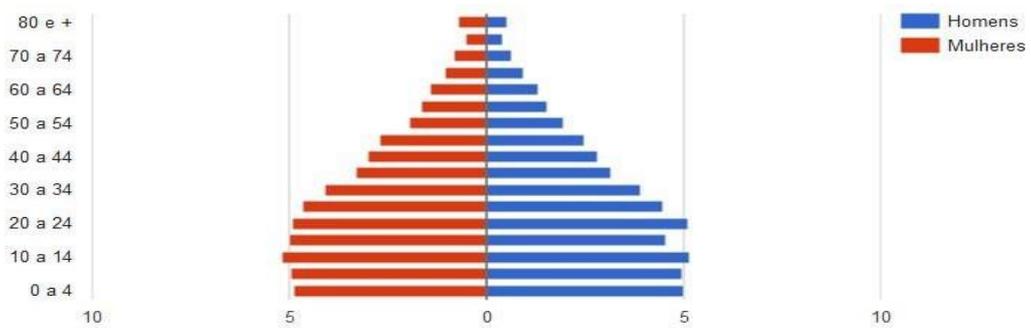
Fonte: Censo Demográfico do IBGE e Atlas do desenvolvimento humano

Gráfico 19 – Pirâmide etária de Petrolândia 2000



Fonte: Censo Demográfico do IBGE e Atlas do desenvolvimento humano

Gráfico 20 - Pirâmide etária de Petrolândia 2010



Fonte: Censo Demográfico do IBGE e Atlas do desenvolvimento humano

De início devem-se destacar as mudanças no padrão do crescimento populacional, o que se depreende pelo fato de as pirâmides etárias dos municípios estarem apresentando um estreitamento em sua base, representando redução na taxa de natalidade. Isso ocorre porque a participação relativa de crianças de 0 a 4 anos e de 5 a 9 anos é menor do que a da faixa de 10 a 14 anos. Dessa forma, os municípios analisados seguem (embora com menos intensidade) a tendência brasileira de redução dos índices de natalidade.

Ao analisar na pirâmide a faixa etária acima dos 65 anos, percebe-se que a partir daí, em direção ao topo, está ocorrendo um alargamento, o que se subentende que está havendo crescimento do número de idosos nos municípios. Tal fato pode ser atribuído como o reflexo do aumento da expectativa de vida, talvez por terem melhores condições de vida do que antes, o que reflete em um novo perfil de saúde mais satisfatório.

Por sua vez, mesmo com o estreitamento da base populacional e apesar desta menor perspectiva do crescimento das demandas ligadas à primeira infância, o crescimento da população em todas as faixas etárias mostra o grande desafio que é suprir as carências de serviços voltados à primeira infância (creches, maternidades, UTI neonatais, etc.) e somados a estes, os idosos que carecem de toda sorte de atenção.

Em quase todos os municípios da RD ora considerado os extratos etários que apresentam a maior proporção da população são os de 10 a 14 anos, de 15 a 19 anos e de 20 a 24 anos. Isto indica que, além da manutenção da relativa taxa de natalidade, a população da região ainda é predominantemente jovem.

Majoritariamente, a população da geral da RD tem menos de 18 anos. E logo após um percentual parecido na faixa de 20-24 anos. Essa configuração aponta para uma grande demanda por escolas e cursos técnicos, bem como, uma tendência de ampliação da demanda por cursos superiores. O que já tem acontecido em municípios próximos à margem baiana e alagoana, atraindo jovens que em outros tempos precisavam migrar para capitais ou não levar adiante o ensino a partir da formação escolar.

Também pode-se considerar a interiorização do ensino superior nas últimas décadas, que em pouco tempo proporcionou consideráveis mudanças neste ponto, uma vez que a

proximidade torna possível que pessoas de renda limitada também alcancem o ensino técnico e superior, transformando gradualmente a realidade da população mais pobre.

Ao mesmo tempo, ressaltamos o desafio que será a absorção destes jovens pelo mercado de trabalho. Dessa forma, torna-se imprescindível a importância do o poder público investir, elaborar e reformular reais políticas públicas, que corroborem para o efetivo desenvolvimento sustentável mas que tem consequências em outros setores.

Além do mais, cada vez as pessoas estão atingindo idades mais elevadas e em toda a RD 6,0% da população possui mais de 65 anos de idade. A previsão é de que ocorra um rápido crescimento nas demandas por infraestrutura física e social para a população idosa, mais especificamente por infraestrutura médica e especialidades voltadas à terceira idade. Com o crescimento da população nessa faixa de idade, também se faz necessário a atenção do poder público na formulação de políticas públicas voltadas para programas de saúde com vistas à promoção do envelhecimento saudável dessa fração da população.

Comparando os índices da RD de Itaparica com os estaduais, o que se percebe ainda é pouca semelhança com a pirâmide pernambucana que já está tendendo ao progressivo envelhecimento como a do próprio Brasil e dos países subdesenvolvidos.

Nota-se ainda uma faixa grande de adolescentes e jovens em todas as Pirâmides e um número ainda ínfimo de idosos na pirâmide tendo em Petrolândia (pirâmide que mais se assemelha a do estado de Pernambuco) uma quantidade total de idosos não ultrapassando a quantidade de 1500 pessoas.

No futuro próximo, esse quadro tenderá a mudar, mas ainda necessita de infraestrutura em todos os âmbitos na área de saúde na RD que ainda é bastante carente neste aspecto, necessitando - ainda que com o aumento da atenção básica á saúde nas últimas décadas – de deslocamentos longos para tratamentos prolongados, de urgências e traumas.

Outro ponto importante a ser ressaltado é o que se refere às grandes falhas existentes nos números de homens adultos em idade produtiva entre 20- 50 anos na maioria das pirâmides etárias nos municípios que compõem a RD, sendo esta discrepância maior em Tacaratu que possui quase 1.300 pessoas entre 10-14 e menos de 3000 pessoas nessa faixa etária produtiva, ou seja um pouco menos da metade da população de Tacaratu é de crianças.

Logo, ainda há uma alta taxa de natalidade dos municípios que apresentam esse padrão como em Itacuruba.

Para compreensão da análise demográfica, é necessário estudar também o comportamento dos dados da natalidade, mortalidade e mortalidade infantil, indicadores fundamentais para caracterização da população e para a determinação do crescimento demográfico. A taxa de nascimentos por mil habitantes nos municípios da RD é mostrada na Tabela 2, a qual aponta uniformidade neste indicador que vai de uma faixa de 18 nascidos vivos a 35 nascidos vivos ao longo das sinopses de 10 anos, havendo quedas em 2001 e 2002 e uma subida nas estatísticas entre 2006 e 2007, para voltar a descer novamente 2008.

É importante ressaltar que todos os municípios da RD apresentam uma taxa de natalidade superior à média pernambucana, nessa série de 8 anos, não muito acima mas sempre acima com exceção do município de Tacaratu, que, no ano de 2008, possuía uma média de 14,3 nascidos vivos/ 1000 pessoas, comparado com a proporção 16,7 nascidos vivos em 1000 pessoas no estado de Pernambuco.

Tabela 2 – PE, MR de Itaparica: Taxa de Natalidade (nascimentos por mil habitantes)

Municípios MR Itaparica	Território em KM2	População (2010)			Dens. Demográfica	TxUrbanização (%)	TGCA 2010 - 2000 (%)
		Total	Urbana	Rural			
Belém do São Francisco	1.830,79	20.253	12.582	7.671	11,06	62,12	0,02
Carnaubeira da Penha	1.004,66	11.782	1.982	9.800	11,73	16,82	1,25
Floresta	3.644,15	29.285	19.973	9.312	8,04	68,2	1,71
Itacuruba	430,031	4.369	3.708	661	10,16	84,87	1,76
Jatobá	277,861	13.963	6.082	7.881	50,25	43,56	0,6
Petrolândia	1.056,59	32.492	23.621	8.871	30,75	72,7	1,75
Tacaratu	1.264,53	22.068	9.192	12.876	17,45	41,65	2,59
Total MR de Itaparica	9.508,61	134.212	77.140	57.072	57,48	14,11	1,42
Pernambuco	98.146,30	8.796.448	7.052.210	1.744.238	89,6	80,17	1,06

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

A comparação entre as tabelas 1 e 2 mostra que há forte relação entre as taxas de natalidade e a crescimento populacional, uma vez que a taxa de correlação entre o crescimento populacional e a média da taxa de natalidade é considerável. Tal fato é indício de que as taxas de crescimento populacional refletem na natalidade e nas migrações internas.

A tabela 3 propicia a análise da taxa de mortalidade infantil, um dos mais importantes indicadores de qualidade de vida que interfere diretamente no comportamento das taxas de crescimento populacional, as quais apresentam forte correlação com as condições de vida em geral. Existe nos meios oficiais, grande carência de dados confiáveis para este indicador.

Tabela 3 – PE,MR de Itaparica: Taxa de Mortalidade Infantil

Município MR de Itaparica	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Belém São Francisco	16,7	21,8	24,9	22,4	14,7	16,5	22,4
Carnaubeira da Penha	40,5	29,1	18,9	17,1	22,9	22,5	14,7
Floresta	33,6	26,7	24	35,4	17,6	42,6	25,3
Jatobá	61,4	16,2	16,1	40,7	30	33,2	14,1
Itacuruba	38,5	11,2	-	20,2	-	-	9,5
Petrolândia	23	22,8	25,4	16,3	17,9	31,3	13,4
Tacaratu	51,9	28,7	82,2	37	29,3	20,1	43,9
Total MR Itaparica	37,9	22,35	31,9	24,1	22	23,7	20,47
Total Pernambuco	26,1	26,558	22,932	21,684	19,058	19,393	17,599

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do DATASUS.

Para este documento, coletou-se o número de óbitos de crianças com menos de 12 meses e dividiu-se pelo número de mil nascidos vivos nos municípios. Este tipo de indicador possui como principal limitação a qualidade das informações cadastrais. Se a qualidade dos dados do registro civil ainda deixa a desejar, a das mortes passa por problemas principalmente quando se busca os dados em nível municipal.

O que é recorrente também na microrregião de Itaparica é a omissão de dados reais pela população para receber atendimento em municípios mais estruturado. É o caso de muitas mulheres que moram em Tacaratu e fazem todo o pré-natal em Petrolândia para terem seus filhos.

Nestes momentos é comum ocorrer o subregistro em um município e o sobreregistro em outros. Isto explica a grande variabilidade encontrada nos indicadores entre os municípios e ao longo dos anos.

Os dados de Pernambuco mostram-se mais estáveis, pois os problemas de registro se diluem na agregação. Assim, a análise será centrada nas médias apresentadas nos últimos anos disponibilizados no DATASUS.

Outro fato marcante é a forte tendência de queda na taxa de mortalidade infantil em Pernambuco no espaço considerado de 6 anos (2002 a 2008), passando de 26,1 mortes por mil nascimentos em 2002 para 17,5 em 2008. Essa melhora na DR de Itaparica é notável, os óbitos diminuíram de 37,5/1000 nascidos vivos para 20,7.

Nota-se um padrão geral em todos os municípios da área no que se refere à diminuição dos índices entre o primeiro ano da série, apesar de alguns hiatos de aumentos em alguns anos, mas mantendo no geral em 2008 índices mais baixos do que em 2002, corroborando a melhora que pode ser atribuída ao aumento de programas de assistência básica em todo o país nas última duas décadas. Isto colabora para acompanhamentos, prevenção e atenção à saúde da mulher e conseqüentemente, das crianças, tanto nas áreas urbanas quanto nas rurais.

Contudo é importante salientar que em algumas cidades da RD, os índices continuam altos como, por exemplo, em Tacaratu ainda em 2008 com uma taxa de mortalidade infantil 43,7%, com uma média de 48,85%, quase 50% de mortalidade infantil por 1000 crianças vivas em período de 6 anos, tendo um índice em 2003 de 82,2% de mortes em 2013, taxas muito alarmantes.

Ainda assim, há melhoras consideráveis com redução dos índices de 26,8% durante esses 6 anos em Carnaubeira da Penha e uma redução de 47,3% no decorrer do mesmo período em Jatobá. Alcançando também índices excelentes em Itacuruba como em 2008, ao chegar na casa de menos 10% de mortalidade infantil, maior do que a RD com 20,7% e que a do estado no mesmo período com 17,5%.

A diminuição da mortalidade infantil, especialmente em áreas do semiárido brasileiro, é um dos principais retratos das mudanças para a sua população. Uma verdadeira quebra de paradigmas na região que foi durante muito tempo, usada como a “área problema” do país. O que, antes de quaisquer resultados, confirma que o acesso a políticas públicas que atendem a todos de alguma forma - seja na saúde, seja na educação, seja no trabalho ou perpassando por todos estes – é fundamental para que as pessoas vivam com dignidade.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do DATASUS

A taxa de mortalidade geral, obtida pela divisão do número de mortes registradas no DATASUS por mil habitantes, é apresentada na Tabela 4.

Tabela 4 –PE, MR de Itaparica: Taxa de Mortalidade geral

Municípios da MR de Itaparica	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Belém São Francisco	5,6	4,4	4,8	5	5,5	5,3	4,9
Carnaubeira da Penha	6,3	6,8	5,9	5	5,8	7,1	4,7
Floresta	5,4	6,6	5,2	4,7	5,1	5,7	6,9
Jatobá	4	4,5	4,7	5,5	5,5	4,9	6,4
Itacuruba	5,6	4,5	3,6	7,1	4	4,7	5,6
Petrolândia	6,1	5,9	5,6	5,1	5,2	5,4	5,7
Tacaratu	5,6	5,4	7	6,7	5	5,8	4,7
Total MR de Itaparica	5,51	5,15	5,25	5,58	5,15	5,55	5,55
Total Pernambuco	6,485	6,493	6,504	6,211	6,107	6,233	6,217

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do DATASUS

Nesta se nota que a média pernambucana corresponde a 6,2 mortes por mil habitantes entre 2002 e 2008, enquanto que na MR de Itaparica este número é de 5,55. Este indicador revela, da mesma forma que o da mortalidade infantil, que na DR de Itaparica tem uma similaridade quanto aos índices pernambucanos tais como infraestrutura de saúde e combate à violência com índices mediano desses indicadores.

Há uma equidade nos dados de mortalidade geral, ficando quase todos os municípios com taxa na casa dos 5% e 7% de mortalidade, melhor que para Pernambuco pior para alguns municípios na casa de 7% como Floresta e dos 6,5% para Jatobá.

Nota-se, na verdade, uma maior mortalidade nos municípios com maior atratividade econômica que são Petrolândia e Floresta, entendendo que a migração das pessoas para esses municípios influi na criminalidade e segurança. E com relação aos municípios menores como Jatobá e Carnaubeira da Penha esses índices estão associados com o descaso geral para com a infraestrutura nessas cidades.

Influenciando diretamente a qualidade vida da população, estes índices apontam para a complexidade de que os novos municípios são formados mostrando que em diferentes escalas, a economia local é fator determinante inclusive na natalidade e mortalidade das pessoas.

5.1.2 A construção do reservatório: o início das transformações

Em 1986, após longo processo de luta pela conquista dos projetos de irrigação à luz da produção agrícola que já acontecia em Petrolina e precavendo-se dos danos econômicos, sociais e psicológicos ocorridos após a construção da Hidrelétrica de Sobradinho, o pólo sindical – o maior da região – assinou o acordo com a CHESF o qual previa as ações constantes no quadro 1:

Quadro 1 – Cronograma de Assentamento

15/12/1986	Deverá estar assinado o decreto de desapropriação da borda do lago.
30.12.1986	Data limite para início do processo desapropriatório da Fazenda Pastos bons no município de Petrolina.
15.01.1987	Entrega do estudo de viabilidade econômica do projeto Jusante, pela CHESF.
30.03.1987	Data limite para a CHESF emitir a posse de todas as áreas necessárias ao reassentamento.
Abril de 1987	Início da construção das casas nas áreas dos projetos especiais de irrigação.
Agosto de 1987	Início do reassentamento.
Julho de 1988	Conclusão da implementação dos sistemas de irrigação.

Fonte: Sindicato dos trabalhadores rurais de Petrolândia

Como demonstrado neste quadro, em 1988, os sistemas de irrigação já deveriam estar implementados há muito tempo. O que aconteceu, na realidade, é que os maiores granjeiros/produtores do antigo município conseguiram sua realocação em tempo previsto, afastando-se do movimento qual, e com o passar do tempo, após o reassentamento, a mobilização já não era mais a mesma. O que resultou em até treze anos de espera para os menores agricultores.

Esta postura se traduz hoje no perfil econômico do município. Estão, principalmente, no Perímetro irrigado Apolônio Sales, os maiores produtores de côco de Petrolândia, construindo atualmente naquele território o chamado “Pólo industrial” que engarrafa a água de côco para comercialização em todo o país. Bem como no Perímetro irrigado de Icó-Mandantes que também concentra grande produção de côco e larga escala.

O que ainda diferencia o primeiro do segundo é o acesso aos lotes e agrovilas. Enquanto o primeiro está às margens do perímetro urbano (Fotografia 1), o segundo não tem estradas asfaltas, nem ao menos calçadas. Trata-se, portanto, uma grande dificuldade, a qual é fruto do claro descaso da administração municipal.

Fotografia 1 – Vista do Serrote do Padre em Petrolândia



Foto: Autora, abril de 2017

Em contrapartida, as demais agrovilas, como a Agrovila da reta (Fotografia 2), como realizamos algumas entrevistas, tem uma produção nos moldes da agricultura familiar. Com demanda vulnerável e condições de produção limitadas até pelo uso da água.

Fotografia 2 – Plantação de Melancia e côco em Agrovila de Petrolândia



Foto: Autora, abril de 2017

Nesta Imagem, a vista do Serrote do Padre proporciona o detalhe da divisão entre o urbano e o rural (início do Perímetro irrigado da CHESF Apolônio Sales). Uma linha tênue, quase imperceptível.

A partir da próxima imagem trazemos outras cinco que mostram lotes irrigados suas produções e colheitas em diferentes agrovilas. Nelas, é possível visualizar plantios, colheitas e uma paisagem proporcionada pelos novos meios de produção no meio rural.

Fotografia 3 – Colheita de Melancia em Agrovila de Petrolândia



Foto: Autora, abril de 2017

Fotografia 4 – Plantação de Jerimum em Agrovila de Petrolândia



Foto: Autora, abril de 2017

Fotografia 5 – Irrigação por gotejamento em Agrovila de Petrolândia



Foto: Autora, abril de 2017

Fotografia 6 – Irrigação no Projeto Icó-Mandantes



Foto: Autora, abril de 2017

Estas imagens mostram também, diferentes tipos de irrigação, mostrando que com o passar do tempo, outras técnicas que não apenas a tradicional irrigação, mas também por gotejamento, a fim de economizar água.

Outro ponto de importância é que os perímetros irrigados da CHESF e primeiros lotes são hoje, grandes produtores de côco. Os demais agricultores de menor porte – plantam de maneira mais diversificada. Isto nos mostra a necessidade de adaptação em diversos momentos do ano e da economia.

5.1.3 Petrolândia após o Reservatório Atual característica socioeconômica

Faz-se necessário apontar alguns comentários de cunho metodológico a respeito do Produto interno bruto (PIB²) antes de analisar os dados referentes a ele. Em primeiro lugar, o órgão responsável pela sua elaboração (IBGE) publica desde 1999 uma série de dados desagregados em nível municipal que segue princípio metodológico similar ao do cálculo do PIB brasileiro e estadual. Tais dados são difundidos com uma defasagem de dois anos, pois a metodologia consiste na desagregação do PIB brasileiro em PIB estaduais e estes em municipais.

O PIB corresponde ao indicador de desempenho econômico mais importante, e na RD de Itaparica é apresentado na Tabela 5, onde se vê os dados dos PIB dos municípios que compõem essas áreas no período de 2001 a 2009.

É importante ressaltar que o PIB retrata os dados econômicos; no entanto, no âmbito desta pesquisa, será utilizado como um índice comparativo no intuito de entender a microrregião na qual Petrolândia está inserida. Este índice, somado aos demais e complementado pelas entrevistas, é que se transforma em um resultado real principalmente no que se refere a trabalho e ambiente, e não genericamente por estatística pura.

² Como a metodologia de cálculo do produto nacional foi alterada em 2002, não é prudente que se proceda a uma comparação direta dos dados em séries anteriores a este ano. Ademais, são explicitados apenas os dados do PIB nominal, ou seja, o PIB a preços de mercado. Por sua vez, o IBGE não coleta indicadores de preços para todos os municípios, daí a opção de não se utilizar o deflator implícito do PIB para realizar as correções. Apesar destes problemas de cálculo, o IPEA disponibiliza uma série de dados de PIB municipais onde é realizada a correção dos dados levando todos para a base de 2000. São estes os dados mostrados na tabela em questão, opção tomada, pois, apesar das limitações metodológicas de seu cálculo, foi preferível tratar os dados em termos reais do que em termos nominais.

Tabela 5– PE,MR - PIB Municipais (Milhões de Reais de 2000)

Município da MR de Itaparica	PIB 2001 -2009								
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Belém de São Francisco	50	50	49	58	64	66	78	102	99
Carnaubeira da Penha	14	15	17	22	23	28	31	38	45
Floresta	75	86	103	116	121	135	151	174	210
Jatobá	19	23	26	29	33	35	38	46	56
Itacuruba	14	14	14	16	16	16	18	21	23
Petrolândia	374	354	426	513	450	436	510	603	501
Tacaratu	26	28	31	34	41	47	52	63	71
Total RD	571,8	570,7	666,9	788,6	746,8	762,5	879,5	1047,5	1006,5
Total Pernambuco	27.756	29.262	28.691	29.734	31.459	32.944	34.910	36.462	37.874

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IPEADATA

O PIB estadual teve um crescimento anual médio de 4,0%, ao da RD. O crescimento estadual ficou pouco superior ao nacional nestes oito anos de análise, mas cresceu a partir de 2005, pelo que o estado assistiu a uma importante mudança no seu perfil econômico, por meio dos fluxos de investimentos que recentemente vem recebendo e que contribuem para o crescimento econômico.

Apesar de não haver dados definitivos do PIB, os indicadores parciais têm mostrado que Pernambuco vem crescendo acima da média brasileira em 2009 e 2010. Os municípios da RD estão crescendo, mas ainda não acima do parâmetro estadual.

Podemos interpretar esta alta em Petrolândia devido aos projetos de irrigação que foram bem-sucedidos na área, ainda que em locais pontuais, mas que geram grande receita. A localização próxima ao rio influencia grandemente as questões econômicas como está visível na discrepância destes dados.

Apesar do bom desempenho do PIB dos municípios da área, para dar continuidade ao crescimento econômico é necessário que se faça melhor aplicação dos recursos em questões estruturais de forma a que as atividades econômicas tenham melhor aproveitamento e, nesse sentido, especial atenção

deve ser direcionada ao enfrentamento da questão da sustentabilidade dos recursos hídricos que é hoje um dos maiores gargalos que os municípios enfrentam.

O PIB *per capita* anual de cada município é mostrado na Tabela 6, a qual apresenta os valores obtidos pela divisão dos dados da tabela anterior pela população anual estimada pelo IBGE. Como se está efetuando a divisão do resultado de duas estimativas estatísticas, a variabilidade amostral faz com que seja preciso evitar análises pontuais, ou seja, de algum ano de um determinado município.

Tabela 6 – PE, MR de Itaparica : PIB *per capita* (R\$ de 2000)

Município MR	PIB <i>per capita</i> 2001-2008							
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Belém de São Francisco	2.535	2.577	2.569	3.113	3.449	3.632	3.809	4.811
Carnaubeira da Penha	1.385	1.522	1.685	2.176	2.344	2.838	2.618	3.101
Floresta	2.957	3.338	3.948	4.371	4.471	4.922	5.682	6.283
Itacuruba	3.689	3.620	3.594	4.090	4.021	4.007	4.701	4.896
Jatobá	1.412	1.706	1.884	2.028	2.266	2.432	2.715	3.177
Petrolândia	13.220	12.253	14.428	17.015	14.627	13.870	16.671	18.738
Tacaratu	1.509	1.638	1.845	2.031	2.397	2.774	2.552	2.886
Total RD	4.849	4.805	5.574	6.543	6.152	6.238	6.875	7.815
Pernambuco	3.754	4.328	4.774	5.287	5.933	6.527	7.337	8.065

Fonte: Elaboração própria

(*) Municípios da MR de Itaparica

No conjunto dos municípios da RD, há um crescimento contínuo e bastante parecido da renda *per capita* dos municípios, neste período, de cerca de 8 anos sendo bastante semelhante: destaca-se o município de Petrolândia como numa média de 14.000 sendo um crescimento superior até mesmo ao da própria RD que fica ao nível dos 5.000 e ao do estado de Pernambuco.

Evidencia-se, assim, uma equidade dos dados econômicos entre a maioria dos municípios e sempre uma discrepância com relação Petrolândia, que acaba por se destacar economicamente na RD.

A composição do PIB da RD para o ano de 2010 é mostrada na Tabela 7. As informações nela contidas são importantes para o registro de uma primeira aproximação da estrutura produtiva dos municípios. Há um padrão na RD não só comum ao do estado de Pernambuco como do Brasil em que o setor de serviços é o mais desenvolvido, tendo já uma taxa de 71,02 % na RD, próxima aos 72,6% do estado.

Tabela 7 – PE, MR de Itaparica : Composição do PIB de 2010 (%)

Município	Agropecuária	Indústria	Serviços
Belém de São Francisco	17,23	10,41	72,36
Carnaubeira da Penha	14,85	8,92	76,22
Floresta	12,41	10,64	76,95
Itacuruba	7,89	9,8	82,31
Jatobá	5,14	11,8	83,06
Petrolândia	2,52	71,72	25,7
Tacaratu	8,83	10,57	80,6
Total RD	9,83	19,12	71,02
Pernambuco	3,5	24	72,6

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do BDE (2010)

Contudo, esse índice não demonstra um desenvolvimento real do PIB da RD e sim um falso desenvolvimento já que não abriga a mão de obra mais e mais desqualificada. Seguindo pelos Serviços vem o setor Industrial com 19,12% mais baixo que o estado que chega a 24% e, por último, o setor agrícola com 9,38%.

O caso peculiar e do município de Petrolândia que além de não seguir esse padrão no *ranking* comum possui uma discrepância grande com relação aos índices com uma indústria com 71,72 % na composição do PIB e com um índice de 2,52 % na composição Agrícola uma diferença de mais de 60 % entre o índice e outro suplantando a antiga herança agrícola desse município.

Todo o estado de Pernambuco, como ilustra a figura 12, tem a economia baseada no setor de serviços, embora um tanto equivocadamente isso aponte, no Sertão de Itaparica, para o fato de que quase a metade do PIB venha da indústria. O que se deve, principalmente, à Hidroelétrica que gerando energia encaixa-se assim classificada.

5.1.4 Agricultura e pecuária

A estruturação da atividade econômica da Região de Desenvolvimento de Itaparica ainda possui uma forte composição agrícola como tradição, concentrando na criação caprina e na agricultura alimentar de hortifrútis (com destaque para as culturas de subsistência como coco, melancia, tomate e cebola.

A presença da agropecuária, que se mostra predominante para a conformação da atividade econômica da RD, sobretudo aquela ligada às lavouras temporárias, proporciona condições de vida dependente da flutuação dos preços dos produtos agrícolas. Em 2006, quase 70% do valor da produção do setor agropecuário advinha das lavouras temporárias, destacando-se a produção de coco-baia, cebola e melancia.

A análise das informações do IBGE referentes à produção agropecuária de 2010, apresentadas na Tabelas 8, revela que os principais produtos agrícolas das lavouras permanentes na RD estão ligados à produção de coco, melancia e cebola que representam, respectivamente, 15, 14,4 e 13,7% do valor da produção do estado, ou seja, são produtos que possuem significativa produção em Pernambuco. Quanto ao feijão, à banana e à manga, possuem índices bem menores contribuindo menos que 8% em geral na produção do estado.

Tabela 8 - MR de Itaparica: valor da produção dos principais produtos agrícolas (2010)

Município	Agropecuária	Indústria	Serviços
Belém de São Francisco	17,23	10,41	72,36
Carnaubeira da Penha	14,85	8,92	76,22
Floresta	12,41	10,64	76,95
Itacuruba	7,89	9,8	82,31
Jatobá	5,14	11,8	83,06
Petrolândia	2,52	71,72	25,7

Tacaratu	8,83	10,57	80,6
Total RD	9,83	19,12	71,02
Pernambuco	3,5	24	72,6

Fonte: Elaboração própria a partir do IBGE (Produção Agrícola Municipal - PAM de 2010)

Esse grau de dependência e vulnerabilidade é mais acentuado por se tratar de culturas predominantemente de subsistência e de pequenos produtores, que representam parcelas expressivas da população local, devido à sua menor produtividade. Isso é fruto da precariedade em termos de acesso a informações estratégicas sobre as condições do mercado, além de condições menos vantajosas de comercialização tanto no que se refere aos insumos utilizados quanto à produção gerada.

Com relação à Tabela 9 o que se observa é que Petrolândia lidera posições, produzindo cerca de 6 toneladas de mel de abelha na RD de Itaparica e contribui para os quase 2% da produção do estado de Pernambuco.

Tabela 9 –PE, MR Itaparica: Produção de Origem Animal e Produção de Leite (2010)

Municípios Microregião de Itaparica	Produtos animais		
	Produção de leite bovino (mil L)	Produção de ovos de galinha (mil dúzias)	Mel de Abelha (t)
Belém do São Francisco	1200	26	0
Carnaubeira da Penha	783	44	-
Floresta	1260	29	3
Itacuruba	420	17	-
Jatobá	324	20	2
Petrolândia	929	759	6
Tacaratu	702	34	1
Total Meso [a]	5528	929	12
Pernambuco [b]	609.053	169094	640
% b/a	0,9	0,5	1,8

Fonte: IBGE (Produção Agrícola Municipal - PAM e Produção Pecuária Municipal).

Isso se deu muito por causa de investimentos alternativos às atividades econômicas de entressafra, culminando em cursos de apicultura nos anos 2000 e, conseqüentemente no aumento da produção de mel que já existia no antigo município.

Com relação aos demais produtos, a produção de ovos ainda se encontra menor que a produção de leite bovino, tendo Carnaubeira da Penha como maior produtor, entendendo que mesmo com grande seca e significativa perda de gado leiteiro Carnaubeira ainda possui produção significativa por quantidade de litros.

A atividade pecuária é, dessa forma, uma importante fonte de renda e geração de empregos. Efetivamente, atividades primárias contribuíram para a organização econômica de parte relevante dessa área.

Entre 2000 e 2010 o efetivo de galinhas, galos, frangos e pintos mais que triplicou no conjunto dos municípios da RD em estudo, passando de 542 mil para 1.880 mil cabeças, respectivamente (Tabela 10). Além disso, conta-se com um efetivo de 206 mil cabeças de gado em 2010, apresentando taxa de crescimento de mais de 100% em relação ao efetivo do ano 2000, de acordo com a síntese do IBGE.

Tabela 10 - MR de Itaparica: Efetivo dos Rebanhos por tipo (2010)

Municípios MR de Itaparica	Efetivo dos rebanhos em 2011 (1000 unidades)				
	Bovino	Suino	Caprino	Galos, Frangos e Pintos	Galinhas
Belém do São Francisco	9,5	4,2	57,7	32,4	7,6
Carnaubeira da Penha	8,4	6,3	71,2	22,6	12,9
Floresta	23,5	4,3	198	10,7	9,3
Itacuruba	1,9	0,7	11,3	8,6	4,8
Jatobá	4,7	0,8	6,7	7,5	5,6
Petrolândia	6,3	1,7	18,5	42	36
Tacaratu	8,5	0,7	21,8	8,5	7,5
Total RD	62	18,7	380	132,3	83,7
Pernambuco	2.383,30	421,1	1.735,10	23.542,00	10.174,90

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Pesquisa Pecuária Municipal, 2010

No que tange à produção de ovos, esta representa 3,4% da produção estadual, embora o efetivo galináceo represente mais de 5% do rebanho estadual. Isso significa que se tem parte importante das aves para engorda e abate, e não para produção de ovos.

Os dados ainda desta Tabela mostram que o efetivo bovino da MR é de 1000 unidades em 2011; apesar de ser significativo, é pequeno em relação ao de caprino com 380 mil unidades. O que representa, na contemporaneidade, uma parcela de 21,9 % da quantidade de caprinos que o estado possui uma parcela significativa até mesmo em números de Nordeste e Brasil concentrando a maioria deste caprino no município de Floresta (52% da RD).

Logo após os caprinos vem a produção de frangos, que fica entre 132 mil aves em suas propriedades, e com menor número as criações de bovinos e de suínos. É importante entender que a preferência pela criação de bode na RD está associada ao fato histórico de primeiramente a criação destes animais ser comum em minifúndios, tendo desse modo pouco gado bovino. Existe a questão de ser mais fácil tanger os caprinos de tendência nômade e de menor preço com a criação de caprinos.

Estas atividades estão ligadas à principal fonte de renda dos trabalhadores do campo no período de entressafra, assim como no antigo município.

5.1.5 Questão fundiária

A questão fundiária é um processo singular na RD de Itaparica, fato que pode ser observado na tabela 11, ao mostrar que no período de janeiro do ano de 1990 até agosto de 2011 foram criados apenas 40 projetos de reforma agrária, representando 12% do total dos projetos existentes no estado: Floresta obteve 18 projetos e Belém de São Francisco 8, segundo dados da Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em Pernambuco.

Tabela 11– PE, MR Itaparica: projetos criados, área e número de famílias assentadas nos projetos de reforma agrária (projetos criados no período de 1900 a 2011)

Municípios	Nº de Projetos	Área incorporada (ha)	Capacidade de famílias (A)	Famílias assentadas ^(**) (B)
Belém do São Francisco	8	52160000	111	98
Carnaubeira da Penha	1	412000	13	13
Floresta	18	-	436	413
Itacuruba	3	3861000	151	149
Jatobá	1	3401657	44	44
Petrolândia	4	8674000	283	361
Tacaratu	5	21741000	916	525
Total MR de Itaparica	40	-	1915	1603
Pernambuco	313	255.751,10	24.175	22.717

(**) Nenhuma das famílias assentadas possui a titulação dos lotes

Fonte: Elaboração própria a partir do INCRA

Apesar do número considerável de projetos nesses dois municípios, Jatobá e Carnaubeira apresentam apenas um único projeto cada um. O que se pode observar também é que a capacidade de armazenamento das famílias é sempre maior do que a quantidade atual existente das famílias, com exceção de Petrolândia que possui 78 famílias a mais do que o suportado para projeto.

É importante destacar que os projetos de assentamento, por atenderem basicamente aos pequenos agricultores familiares, proporcionam como maiores benefícios a ampliação de oportunidades para diversificação da produção. Isso significa um ganho de escala na substituição das tradicionais culturas de subsistência, comuns na área analisada, acarretando considerável melhora na renda familiar desse contingente populacional que é um dos mais carentes do estado.

Os assentamentos contribuem para melhorar os níveis de emprego e renda de algumas localidades, principalmente para aquelas que se encontram em relativo atraso, acarretando ampliação do dinamismo em algumas comunidades e permitindo melhor qualidade de vida de seus habitantes.

Além disso, os projetos proporcionam maior estabilidade à população assentada, provocando rearranjos nas estratégias de reprodução familiar. Os assentamentos se traduzem em melhores condições de vida, pois elevam a capacidade de consumo, propiciando o acesso à maior diversificação de gêneros alimentícios, bem como o acesso básico destas famílias ao auto sustento pelo trabalho.

A análise dos dados da Tabela 13 permite a constatação da concentração de médias propriedades (1 a menos de 10 ha) nos municípios da RD de Itaparica. Acredita-se que esses números se devem principalmente à inserção do INCRA e dos projetos da CHESF, que reconstituíram a tradição de pequenas propriedades na região. Contudo, os índices comparativos ao estado ainda são muito baixos mostrando que, até 1995, ainda predominava a grande propriedade na região.

Tabela 12 - PE, Microrregião de Itaparica: área dos estabelecimentos, por grupos de área total (1995)

Microregião Itaparica	1 a menos de 10 ha	10 a menos de 100 ha	100 a menos de 1.000 ha
Belem de São Francisco	1353	618	144
Carnaubeira da Penha	1403	540	104
Floresta	626	532	353
Itacuruba	156	93	15
Jatobá	-	-	-
Petrolândia	1352	173	25
Tacaratu	1704	530	49
Total Micro (a)	6594	2486	690
Pernambuco (b)	490.378	352.736	117.896
(a)/(b) %	1,30%	0,70%	0,50%

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censo Agropecuário 2006

Quanto aos estabelecimentos por condição do produtor em relação às terras (Tabela 14), observa-se que existe grande proporção de sem-terras de acordo com os dados de 2006, que correspondem a quase 74 % do estado com o município constituindo esse índice, onde Tacaratu tem 346 produtores sem-terra.

Outro índice considerável depois do referente a pessoas sem terras é o de terras ocupadas e, por último, o de proprietário. Esses proprietários moram em propriedades com grande extensão de terras, denotando assim que a necessidade de redistribuição de terras na região é grande, principalmente depois da construção da Hidrelétrica de Itaparica.

Tabela 13 – RD Itaparica: Estabelecimentos por condição do produtor em relação às terras (2006)

Municípios	Próprias	Sem titulação definitiva	Arrendadas	Parceria	Ocupadas	Produtor sem terra
Belém de São Francisco						
<i>Estabelecimentos</i>	965	4	127	59	82	222
<i>Área (ha)</i>	33.110	24	587	162	402	-
Carnaubeira da Penha						
<i>Estabelecimentos</i>	1489	15	41	50	400	29
<i>Área (ha)</i>	45692	208	333	231	31111	-
Floresta						
<i>Estabelecimentos</i>	874	85	11	11	105	105
<i>Área (ha)</i>	118635	2148	1023	1267	9005	-
Itacuruba						
<i>Estabelecimentos</i>	101	-	1	-	25	-
<i>Área (ha)</i>	11007	-	-	-	628	-
Jatobá						
<i>Estabelecimentos</i>	650	30	4	15	44	7
<i>Área (ha)</i>	5374	162	3	23	111	-
Petrolândia						
<i>Estabelecimentos</i>	866	4	40	21	72	3
<i>Área (ha)</i>	22199	197	118	55	199	-
Tacaratu						
<i>Estabelecimentos</i>	1512	5	49	38	217	346
<i>Área (ha)</i>	11958	5	97	58	760	-
Pernambuco						
<i>Estabelecimentos</i>	6457	143	273	194	945	712
<i>Área (ha)</i>	248.075	2744	2161	1796	14216	-

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censo Agropecuário, 2006

Verifica-se, na Tabela 15, no que se refere à distribuição do uso das terras dos estabelecimentos e da área total por classe de atividade econômica, que na RD predominam as

atividades relacionadas ao cultivo temporário, e à produção de hortifrútiis de acordo com dados de 2006.

Tabela 14 - PE,MR de Itaparica: uso das terras dos estabelecimentos e da área total, por classes de atividade econômica (2006)

Municípios da MR de Itaparica	Total	Lavouras temporárias	Lavouras permanentes	Horticultura e floricultura	Produção de sementes e mudas e outras formas de propagação vegetal	Pecuária e criação de outros animais	Produção florestal - florestas plantadas	Produção florestal - florestas nativas	Pesca e aquicultura
Belém do São Francisco									
<i>Estabelecimentos</i>	1459	828	37	16	-	539	32	4	3
<i>Área (ha)</i>	34286	10490	247	785	-	21.610	533	425	-
Carnaubeira da Penha									
<i>Estabelecimentos</i>	2024	1162	21	125	1	695	16	4	-
<i>Área (ha)</i>	49572	24659	336	1932	-	20780	1270	521	-
Floresta									
<i>Estabelecimentos</i>	1191	394	22	34	-	678	27	36	-
<i>Área (ha)</i>	132078	23100	1078	4274	-	95955	3444	4227	-
Itacuruba									
<i>Estabelecimentos</i>	127	51	1	2	-	61	11	-	1
<i>Área (ha)</i>	11744	4414	-	-	-	5729	1408	-	-
Jatobá									
<i>Estabelecimentos</i>	750	350	12	36	-	280	16	48	8
<i>Área (ha)</i>	5673	1791	210	239	-	2970	127	332	-
Petrolândia									
<i>Estabelecimentos</i>	1006	507	16	282	46	132	18	-	5

<i>Área (ha)</i>	22786	8059	67	2432	184	9501	1019	-	4
Tacaratu									
<i>Estabelecimentos</i>	2167	1160	13	70	-	879	27	18	-
<i>Área (ha)</i>	12878	6887	25	198	-	5667	29	73	-
Pernambuco									
<i>Estabelecimentos</i>	304642	134890	15201	23033	165	125476	2759	2404	714
<i>Área (ha)</i>	5.420.336	2.035.001	106861	269.117	9323	2.845.569	86452	49898	7295

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censo Agropecuário 2006

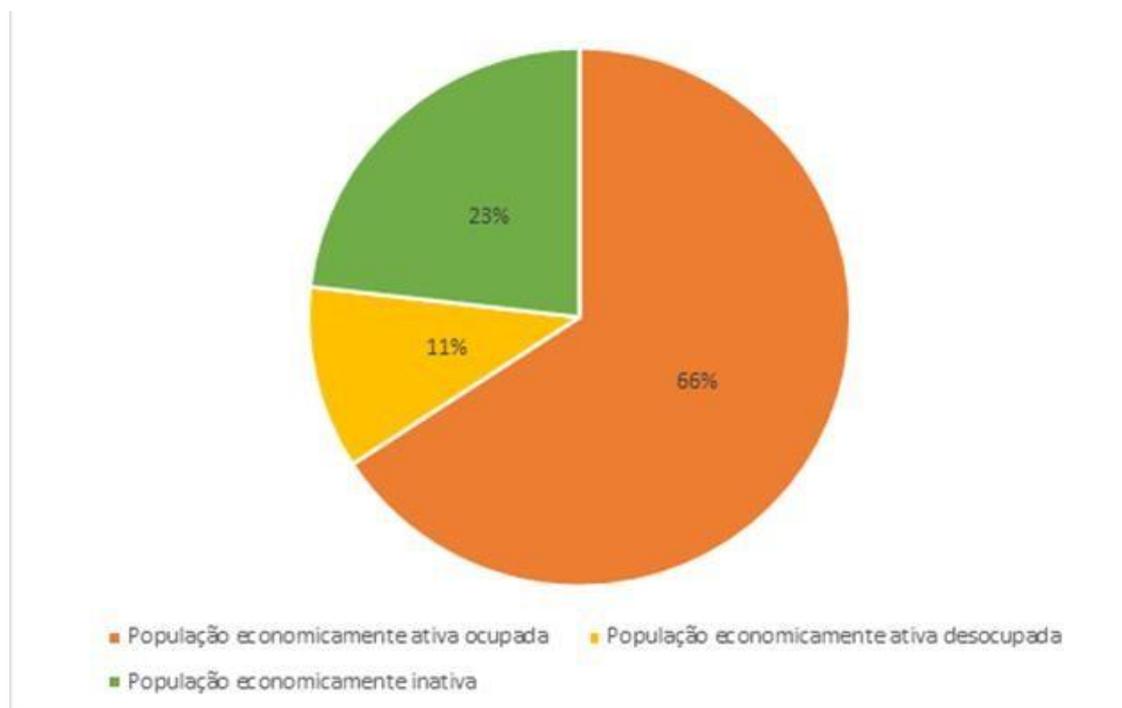
A criação de animais e a prática de aquicultura ou piscicultura não é tão expressiva assim, aparecendo índices mais superiores em Carnaubeira da Penha e Tacaratu com relação à criação de animais, Jatobá e Petrolândia na aquicultura, por exemplo.

5.2 A RECONFIGURAÇÃO DO TRABALHO EM PETROLÂNDIA

5.2.1 Novos territórios, novas formas de territorialidades locais e tipos de trabalho

De acordo com o Atlas de Desenvolvimento Humano, baseado em dados do IPEA, PNUD e FJP, entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 62,75% em 2000 para 65,82% em 2010. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 17,49% em 2000 para 11,03% em 2010.

Gráfico 21 - População ativa de Petrolândia em 2010



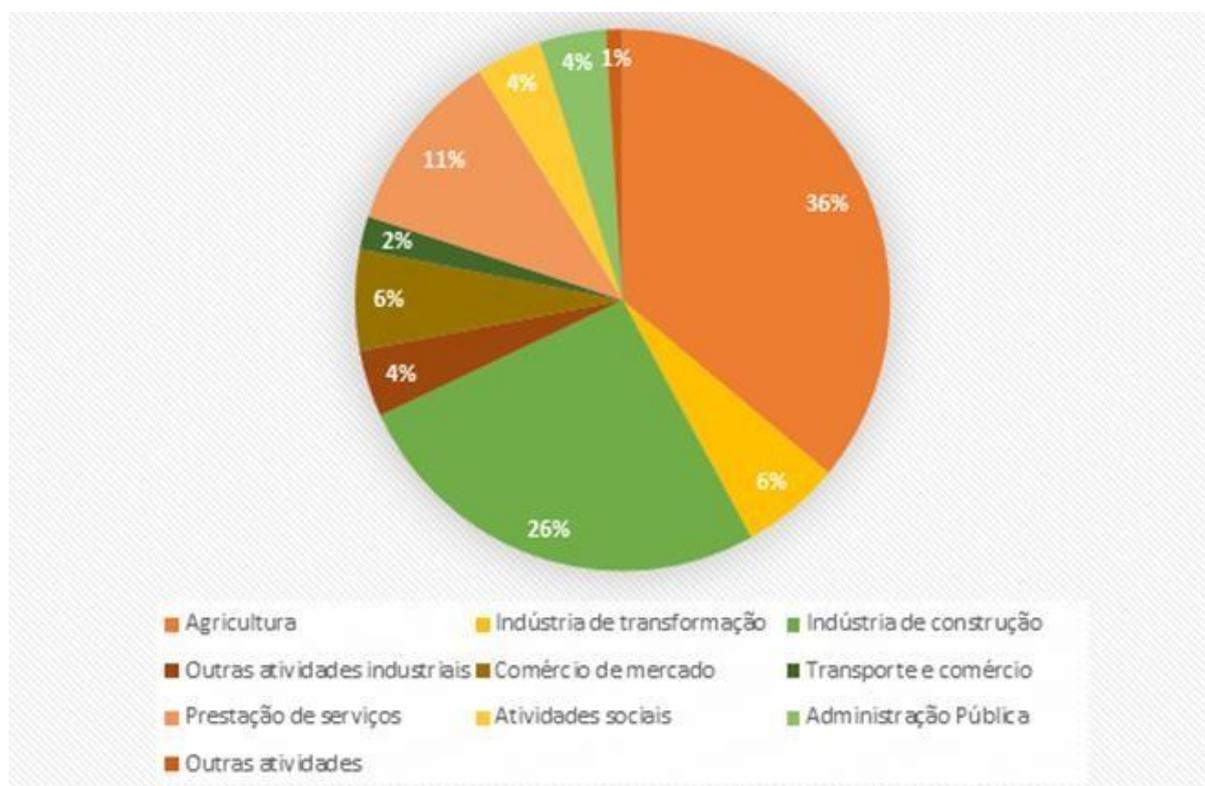
Fonte: Elaboração própria através Atlas do Desenvolvimento Humano

Apesar dos dados acima serem referentes ao censo 2010, ou seja, números que refletem a realidade da década anterior, é possível avaliar a diminuição da taxa de desocupação em Petrolândia como uma crescente oferta de ocupação advinda de uma época de

economia aquecida em todo o país. Isso em um momento em que, mais uma vez, o Sertão semiárido passava por obra de infraestrutura refletindo na demanda por mão-de-obra e oferta de serviços nas cidades do interior que as apoiassem. Contudo, para um município de população tão jovem, a taxa de 11% é um elevado percentual. O que também nos traz a questão sobre trabalho formal e informal.

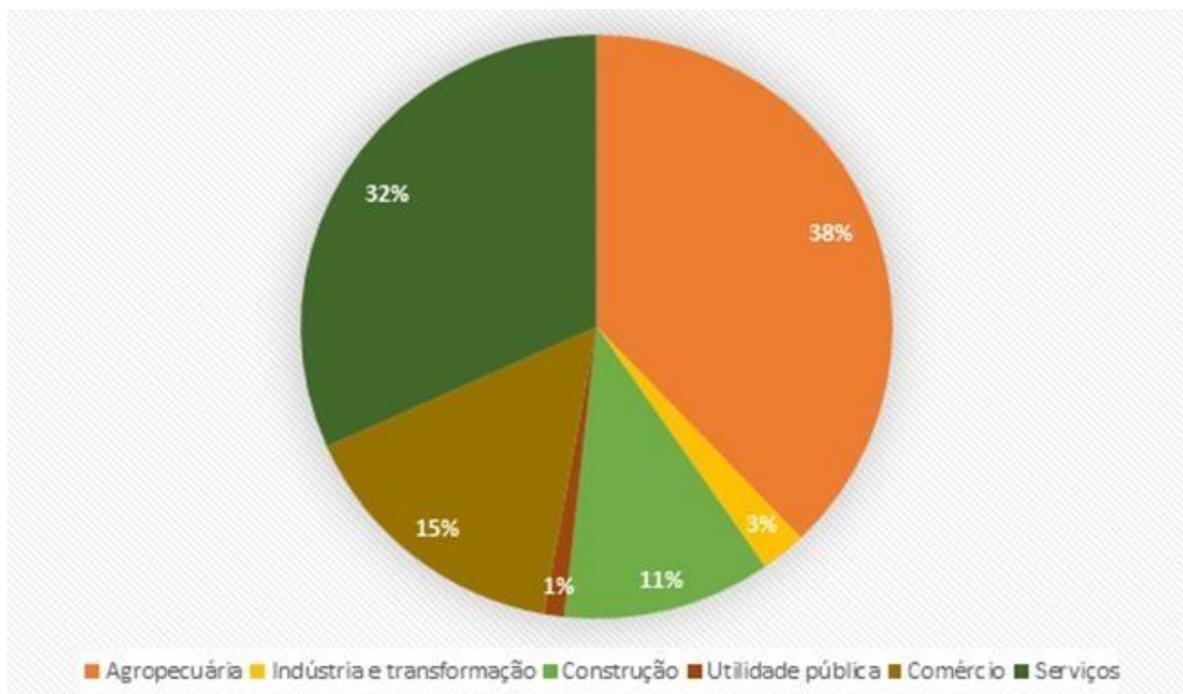
A seguir, podemos comparar as atividades econômicas de Petrolândia na década da construção da Hidroelétrica com as dos dias atuais (até onde constam os dados oficiais).

Gráfico 22 - Atividades econômicas de Petrolândia em 1980



Fonte: Elaboração própria a partir do censo demográfico de 1980

Gráfico 23 - Atividades econômicas de Petrolândia em 2010



Fonte: Elaboração própria a partir do Atlas do desenvolvimento Humano

De 11 para 6 %, é verificado grande mudança no setor de serviços, principalmente. Sua ascensão pode ser interpretada como alternativa para uma sociedade que foi essencialmente agrária. No entanto, viu-se obrigada a reelaborar a sua forma de sustento.

É importante ressaltar que embora a irrigação tenha trazido enorme mudança na forma de produzir nas áreas reassentadas, a forma desigual como foi feita a implementação deste novo aparato tecnológico de trabalho foi exposta nas falas a seguir,

“Fui tentar trabalhar em Petrolina quando terminei o ensino médio, mas não consegui nada. Voltei *pra* roça. [...] Só eu que continuei, meus irmãos casaram e foram morar na cidade [...] trabalham de moto-táxi, faz bico”. (Entrevistado 8, morador de Agrovila em Petrolândia).

“A gente plantava *pros* outros, mas quando mudou não tinha mais como viver de roça [...] As mulheres lá de casa foram trabalhar em casa de família, os homens foram fazer outro serviço... de gari, pedreiro.” (Entrevistada 9, moradora da cidade de Petrolândia)

“Tenho dois empregos. Na roça e na empresa [...]. Como não tem irrigação, só quando chove. E agora tem muita cerca. Talvez a gente pare de criar também por não ter mais pastagem. O futuro é empresa porque na roça *tá* difícil.” (Entrevistado 7, morador de agrovila e da cidade de Petrolândia).

“Quando teve a barragem, a CHESF veio e disse que tinha que sair, mas pela lei do reassentamento tinha que receber agrovila. Mas o sindicato naquele tempo protegeu mais os de fora do que os de dentro. E eu fiquei nessa situação. [...]. E unãõ tive assentamento. Eles disseram que tinha que derrubar a casa. Agora também é a atitude das pessoas, todo mundo *tava* deixando pra lá. Chegou um dia de quinta-feira, derrubar a casa que eu tinha acabado de fazer. Chegou lá eu mandei dizer que segurasse o tratorista que se derrubasse a minha casa eu derrubava ele. Ia ser ele ou eu. Disseram que eu ia receber uma casa, mas não deixei derrubar a minha.

(Entrevistado 4, morador do povoado do Brejinho e da cidade de Petrolândia).

Muito embora absolutamente todos os entrevistados digam preferir o novo município, referindo-se ao antigo apenas com saudosismo, os reassentados beneficiados em menor escala e até em muitos casos, injustamente, apontam como demonstrado acima insatisfação sobre as novas condições de vida e até com revolta pelo modo como todo processo ocorreu.

“Não, a gente devia ter recebido terra irrigada. Doze anos depois disseram que não iam irrigar, iam indenizar. [...]. Foi melhor. Mesmo assim foi melhor.” (Entrevistado 7, morador de agrovila e da cidade de Petrolândia). Ou seja, o mínimo acesso a melhores condições de vida é considerado melhor que a nula intenção existente pela parte do Estado de contribuir para o desenvolvimento sustentável das pessoas naquela área. Uma frase corriqueiramente que se escutou neste sentido foi: “A CHESF colocou Petrolândia no mapa” referindo-se à visibilidade que o município ganhou após a mudança territorial-ambiental.

Outros números nos mostram que o marco da mudança inicia logo na construção da barragem onde verificamos que, de 26 para 11%, o setor da construção civil demonstrando também o quanto este grande evento foi relevante. Parte dos entrevistados relata que havia tentado trabalhar em outros estados ou mesmo nunca haviam residido em Petrolândia, no entanto, regressaram ou ali chegaram para a construção que estava em curso.

“Comecei trabalhando na indústria. Eu fui morar em São Paulo, fui jovem pra lá. Aí voltei com a barragem. (...). Na época, o pessoal trabalhava na construção da barragem mesmo que *tava* começando. Trabalhavam mais nisso mesmo.” (Entrevistado 9, agricultor e morador da cidade de Petrolândia).

“Foi meu primeiro emprego a barragem.” (Entrevistado 9, morador de agrovila Petrolândia).

Quando questionados sobre as principais mudanças ocorridas no trabalho da população ativa, entre o antigo e o novo município, as falas sempre remetiam à chegada da irrigação e à expansão do comércio, como por exemplo,

“Não tinha outra coisa, o comércio era pequeno.” (Entrevistado 9, morador de agrovila Petrolândia).

“Olha, houve melhoramento. Veio energia, veio água. E hoje a gente tem o conhecimento que antes não tinha. Tudo foi realmente um progresso.” (Entrevistado 1. Morado do perímetro irrigado Icó Mandantes em Petrolândia). “Uma parte ficou melhor porque tem irrigação, mas falta dinheiro *pra* investir”. (Entrevistado 3, morador de agrovila em Petrolândia).

“O que mudou foi o jeito que plantava. Antigamente era aquele *canalção*, era coisa antiga, na mão. Era uma dificuldade tremenda. Tinha de botar aquela mangueira e deixar lá...”. (Entrevistado 12, morador da Serrota em Petrolândia)

A proximidade do urbano com o rural no contexto em que se encontra atualmente, onde até os limites territoriais são muito tênues – ao ponto de quase não existir – revela o que os gráficos acima figurados mostram principalmente: o modo vivendi não mudou completamente, adaptou-se. Tanto na violência da mudança quanto no abraço ao novo.

As relações de trabalho e meio ambiente no município de Petrolândia, pudemos constatar a partir de então, mudaram no sentido tecnológico, sem o qual a precariedade não permitiria o avanço das formas de cultivos e novas alternativas econômicas. No entanto, a diferença de reassentamentos entre grandes e pequeno agricultores não justifica a reverberação de antigos problemas – em grande parte – encoberto sob os efeitos positivos destas grandes mudanças.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento deste estudo buscou compreender as inter-relações entre trabalho e meio ambiente no atual contexto da reconfiguração rural-urbana no município de Petrolândia, o que nos situa nos últimos trinta anos desde a construção da barragem de Itaparica e o reassentamento deste contingente populacional tecendo novo ambiente de vida.

A escolha metodológica partiu, portanto, deste objeto de estudo, iniciado pelo conhecimento empírico da autora e pela busca dos marcos históricos e processuais dos acontecimentos. Passando pelo levantamento socioeconômico e pelas entrevistas com agentes sociais que participaram e/ou sentem hoje os efeitos da mudança em termos de território e ambiente.

O ambiente de trabalho no antigo município abrigava práticas que incontestavelmente necessitavam de aperfeiçoamento, principalmente, pelas características físicas do local. No entanto, todo fruto positivo da mudança foi resultado da conquista feita através da luta social por condições de vida digna após a violação daqueles territórios. O que gerou maior organização sindical que se tornou relevante no interior do estado de Pernambuco.

Assim, para compreender as interrelações em epígrafe, no contexto da reconfiguração do rural-urbana atual, fez-se necessário entender o processo de implementação da irrigação na agricultura ligada à modernização mundo econômico globalizado, que em todos os âmbitos se desenvolveu de forma desigual.

As consideráveis melhoras nos índices sociais mostram que o melhor aproveitamento do rio é fato relevante na vida de populações ribeirinhas. Porém, em um olhar de menor escala, as entrevistas e convivência nos revelam que, mesmo com as conquistas e melhorias tecnológicas a lida com a agricultura, a desigual distribuição do acesso a objetos e serviços gerou desigual desenvolvimento.

Como foi observado, a implementação das políticas públicas voltadas para o Nordeste foi iniciada em meados do século passado, voltadas para mitigação de graves problemas sociais. Os acontecimentos gerados a partir da construção das hidrelétricas no curso do rio São Francisco desencadeou processos de luta que hoje não mais fazem parte necessariamente da sociedade civil organizada, mas o desenvolver de cada pequeno território realocado em diferentes realidades.

Atualmente o que se nota é uma desigualdade quando do reassentamento, traduzida pela presença de grandes produtores privilegiados de um lado e a sofrida agricultura familiar de outro; o que coloca em dúvida, inclusive, a perpetuação do trabalho rural realizado pelas famílias dos pequenos produtores.

De acordo com Galindo e Guimarães Neto (2000), da grande dependência que a População Economicamente Ativa (PEA) tinha com relação às atividades rurais da área (69,9% da força de trabalho estavam diretamente vinculados à atividade agropecuária), decorre que as relações de trabalho que foram estabelecidas na produção agrícola definem, para uma grande parcela da população, as suas condições de remuneração e de vida. Assim, conhecer a forma como a terra se distribuiu, e como são difundidos os meios de produção, constituem elementos importantes para a compreensão da situação socioambiental da área.

Neste contexto, as práticas de agricultura em Petrolândia passaram por mudança, luta, conquista, espera, implementação, negação e seguem em processo que não tem tempo previsto para serem medidos em consequência, uma vez que o espaço está em constante transformação.

Entre a considerável monocultura de côco e a sazonalidade dos plantios de hortifrúti os multiterritórios de que o município é formado, é o retrato de um desigual desenvolvimento feito sempre de cima para baixo, mesmo na reconstrução de ambientes.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Manuel Correia de. **Tradição e Mudança: A organização do espaço rural e urbano na área de irrigação do submédio São Francisco**. Rio de Janeiro: 1982.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste: Contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. São Paulo: Cortez, 2005.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metaformoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1995.
- ANTUNES, Ricardo. L. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2009.
- ARAÚJO, Maria Lia Corrêa de; CALDAS NETO, Magda de; LIMA, Ana Eliza Vasconcelos (orgs.). **Sonhos submersos ou desenvolvimento? Impactos sociais da Barragem de Itaparica**. Recife: Massangana, 2000.
- ARAÚJO, Tânia Barcelar de. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro. Heranças e urgências**. Rio de Janeiro: Revan, 2000.
- Atlas de Pernambuco. **Agência Estadual de Planejamento e pesquisa de Pernambuco** < www.condempefidem.pe.gov.br > Acesso em Novembro de 2016.
- CARNEIRO, M. J. **Camponeses, agricultores e pluriatividade**. Rio de Janeiro: Editora, 1998.
- CASTILHO, Cláudio Jorge Moura de. **Apontamentos para uma geografia social da cidade do Recife**. In: GALVÍNCIO, Josiclêda Domiciano; SOUZA, Werônica Meira. Mudanças climáticas e biodiversidade. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 2013.
- CASTILHO, Cláudio Jorge Moura de. **Movimentos sociais: uma síntese visando à retomada do seu papel transformador**. *Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais*, v. 6, p. 19-38, 2017
- CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa; WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel; NIEDERLE, Paulo André. (Organizadores). **Participação, território e cidadania: um olhar sobre a política de desenvolvimento Territorial no Brasil**. Recife: Editora UFPE/Mini, 2014.
- IBGE Cidades. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -IBGE** < <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php?lang> > Acesso em Novembro de 2016.
- INCRA. **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária -INCRA**< <http://www.incra.gov.br>>Acesso > Novembro 2016.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, Milena Barros. **Políticas públicas de promoção do trabalho e renda em Recife/Brasil: uso do território e cidadania.** Revista Movimentos sociais e dinâmicas espaciais. V. 5, n 2, Recife: 2016.

HAESBAERT, Rogério. **Da desterritorialização à multiterritorialidade.** Boletim Gaúcho de Geografia. V. 29, n 1, Porto Alegre: 2004a.

HAESBAERT, R.. **O Mito da Desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade.** 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004b.

HAESBAERT, R.. **Da Desterritorialização à Multiterritorialidade.** In: X Encontro de Geógrafos da América Latina, 2005, São Paulo. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina, 2005. p. 6774-6792.

HAESBAERT, R.; RAMOS, T. T. . **O mito da desterritorialização econômica.** GEOgraphia (UFF), Niterói, v. 12, p. 25-48, 2004.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna.** São Paulo: Ed. Loyola, 2009

MARX, KARL. **O capital: Crítica da economia capitalista.** Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2016.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo.** 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2007

Municípios. **Atlas do desenvolvimento humano**
<www.atlasdesenvolvimentohumano.org.br> Acesso Novembro de 2016 Municípios. **Banco de Dados do Estado de Pernambuco**

MUNICÍPIOS. **Departamento de Informática do SUS – DATASUS** <
<http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php> > Acesso em Novembro de 2016

ONU, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. <
http://www.bde.pe.gov.br/EstruturaGeral/conteudo_site2.aspx > Acesso em Novembro de 2016

SANTOS, Luis Miguel dos; PELOSI, Edna Marta; OLIVEIRA; Bernardo Carlos Spaulonci Chiachia Matos. **Teoria da Complexidade e as múltiplas abordagens para compreender a realidade social.** SERV. SOC. REV., LONDRINA, V. 14, N.2, P. 47-72, JAN./JUN. 2012

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** Rio de Janeiro: Record, 2002.

SCOTT, Parry. **Negociações e resistências persistentes: agricultores e barragem de Itaparica num contexto de descaso planejado.** Recife: Universitária UFPE, 2009.

SINGER, Paul. **Trabalho produtivo e excedente.** In: **Industrialização: Memória das greves, trabalho produtivo, perfil do operariado.** São Paulo: HUCITEC, 1977.

THOMAZ JUNIOR, Antônio. **Reestruturação produtiva do Capital no campo, no século XXI, e os desafios para o trabalho.** Revista pegada, V5, N 1, Presidente Prudente: 2004

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Redefinições do Trabalho, Reforma Agrária e Soberania Alimentar; Revisitando a luta de classes num ambiente de embates e debates.** Veredas, v. 15, p. 477-521, 2014

VIANNA, Aurélio. **Políticas de desenvolvimento no vale do São Francisco: O polo sindical e a luta dos atingidos pela barragem de Itaparica.** Rio de Janeiro: CEDI/KOINONIA, 1994.